

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
CAMPINAS
20.10.03**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Vamos iniciar a 8ª Reunião Regional do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado, aqui no Município de Campinas, reunindo esta que é a segunda maior região administrativa.

A primeira é São José do Rio Preto. Campinas é a segunda maior região administrativa do Estado de São Paulo.

Gostaríamos, para dar início a este evento, de convidar o Secretário Executivo do Fórum Legislativo, Sr. Antonio Carlos de Oliveira, que irá fazer uma rápida explanação sobre a dinâmica desta reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA – Muito bom-dia a todos.

Para darmos início a esta nossa reunião, gostaria de fazer algumas observações.

Teremos inicialmente a abertura dessa reunião pelo nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Em seguida, teremos a apresentação com o Prof. Carlos, do NESUR, a respeito do IRPS – o Índice Paulista de Responsabilidade Social. Teremos também uma análise dos principais pontos do PPA que o professor irá abordar.

Na seqüência, teremos a composição da Mesa, pelo nosso Cerimonial, e em seguida abriremos a participação aos Srs. deputados, prefeitos, representantes dos segmentos produtivos e outras organizações aqui presentes. Depois será aberta a palavra à participação de outras autoridades, às pessoas que quiserem se manifestar e em seguida os deputados ou participantes estarão respondendo às perguntas que serão formuladas. Teremos, finalmente, as considerações da Mesa e o encerramento que deverá ocorrer por volta das 13:00 horas.

No intuito de tornar esta reunião a mais produtiva possível, gostaria de neste momento chamar a atenção de todos para alguns aspectos que vamos ter que observar.

Junto com o material que foi entregue, os senhores receberam dois questionários, que são de suma importância; deverão ser preenchidos no decorrer da reunião e entregues a qualquer pessoa da organização, ou na saída, à nossa recepcionista.

Os senhores receberam também um impresso para a formulação de perguntas; gostaria de fazer algumas observações quanto às perguntas.

Em primeiro, como o tema do Fórum é o desenvolvimento, as perguntas deverão, na medida do possível, se ater a esse tema. Mas, se um dos senhores ou senhoras quiserem fazer alguma pergunta diferentemente disto também será bem recebida; porém, provavelmente não teremos tempo de responder a todas as perguntas aqui. Elas serão encaminhadas à Assembléia para que sejam respondidas. Para isto, é necessário que ao preencher esta ficha preencham todos os dados, endereço principalmente, lembrando de colocar a cidade, e se possível o CEP; quem dispuser de e-mail, por favor coloque, porque facilita a resposta.

Vamos trabalhar dentro do tema da nossa reunião, que é o desenvolvimento. Portanto, pedimos que todos os que forem fazer suas intervenções, que por favor, se atenham ao tema.

Uma outra questão é o tempo. Esta é uma região muito grande, queremos a participação de todos, portanto, vamos controlar o tempo; as intervenções deverão estar restritas a cinco minutos. Vou pedir antecipadamente desculpas, porque no caso de alguém extrapolar o tempo seremos obrigados a interromper. Então, por favor, vamos nos ater ao tempo e ao tema da reunião.

Estas são as principais observações. Desejo a todos nós um bom dia de trabalho!

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD - Tem a palavra o nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e também do Fórum Legislativo do Desenvolvimento Econômico Sustentado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERVALDO – PSDB – Bom-dia a todos.

Quero iniciar minhas palavras saudando o Prof. Dr. Carlos Henrique Brito Cruz, DD Reitor da Unicamp, e através da sua pessoa todos os representantes das universidades e dos institutos de pesquisa que nos acompanham nesta reunião; o Sr. Jurandir Fernandes, Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos, os nobre colegas deputados, Deputado Ary Fossen, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Deputada Célia Leão, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Presidente da Comissão de Relações Internacionais; o Deputado Sebastião Arcaño, Deputado Tiãozinho, também desta cidade, e Presidente da Comissão de Serviços e Obras na Assembléia; Deputado Mauro Menuchi, representante da região de Jundiaí, participante de diversas comissões na Assembléia Legislativa; Prefeito Laerte de Lima Teixeira, Prefeito da minha cidade, em nome de quem saúdo todos os prefeitos aqui presentes; Deputado Silvio Torres, Presidente do CEPAM, que também nos auxilia na mobilização para a realização deste evento; Marcos Monteiro, Superintendente da Fundação Paula Souza; Carlos Francisco, Presidente da Câmara Municipal de Campinas, em nome de quem quero saudar todos os vereadores aqui presentes.

Agradeço a presença de todos e quero fazer rapidamente a apresentação dos objetivos deste Fórum.

Entendemos e acreditamos na Assembléia Legislativa de São Paulo que era preciso que trouxéssemos para a Assembléia a questão do desenvolvimento econômico sustentado.

A Assembléia de São Paulo, maior Parlamento do País, o Estado de São Paulo que representa hoje mais de 36% do PIB deste País, não poderia ficar fora da discussão de alternativas e de busca de retomada do desenvolvimento econômico sustentado. Mas, compreendemos também que isto depende muito do ambiente favorável aos investimentos, de mudanças estruturais e macroeconômicos e também de uma articulação cada vez maior do setor produtivo com o governo, e principalmente com a academia, que produz conhecimento e tecnologia.

Entendemos que nós, da Assembléia, poderíamos dar uma contribuição nesse sentido, por isso criamos este Fórum, que não será um Fórum para promover algumas reuniões ou alguns diagnósticos; é um Fórum permanente, criado por lei, numa iniciativa da Mesa Diretora e dos seus dois secretários, nobres Deputados José Caldini Crespo e Emidio

de Souza, aprovado por unanimidade por todos os partidos da Casa. Então, este Fórum será permanente e teremos uma estrutura técnica, que já temos qualificado dentro na Assembléia. Estamos também, numa parceria com a Unesp, qualificando servidores públicos para que possam, cada vez mais, estar preparados e capacitados. Para promover este acompanhamento e esta avaliação teremos um Conselho, do qual fazem parte todos os deputados presidentes das comissões deliberativas da Assembléia Legislativa, além do Conselho Deliberativo, em que temos representantes de todos os segmentos produtivos, Federações do Comércio, Agricultura, Indústria, Sindicato de Trabalhadores. Enfim, temos 38 entidades representativas fazendo parte desse Conselho. Procuramos identificar as principais cadeias produtivas que temos no Estado de São Paulo e termos representantes dessas cadeias produtivas.

Entendemos que além desta articulação permanente com os representantes dessas cadeias era preciso que promovêssemos reuniões regionais, de forma que pudéssemos identificar – porque sabemos que cada região tem a sua característica própria - a sua vocação e as suas potencialidades. É preciso que trabalhem identificando estas potencialidades. E, a melhor forma é a interação com os agentes que representam essa região; tanto representando o setor produtivo, como o dos trabalhadores, quanto da parte política, como os prefeitos e vereadores.

Esta região, como já foi dito aqui, é a segunda região mais importante do Estado. Temos 90 municípios – só perdemos em número de municípios para São José do Rio Preto. Nossa população é de cinco milhões e meio de pessoas, temos um PIB importantíssimo, uma economia bastante diversificada que vai desde pólos tecnológicos, como pólos de petroquímica e também a agricultura, com uma grande diversificação de diversas cadeias. Daí a complexidade de se promover os chamados arranjos regionais, para que possamos ter, cada vez, mais uma identificação desta região.

Temos sete regiões de governo, cada uma com sua característica própria. Por isso, na própria dinâmica desta reunião, gostaríamos de ter a participação de representantes de cada região de governo. Estamos estimulando que cada região tenha uma entidade que cuide dessa questão do desenvolvimento econômico, uma agência, consórcio ou uma associação, porque é nosso objetivo. E, ao identificarmos uma entidade que representa o conjunto dos interesses da região, do ponto de vista da questão de desenvolvimento

econômico, estaremos convidando essa entidade a fazer parte do nosso Conselho, para podermos ter uma interação permanente com a região através dessa agência ou associação.

Além da questão do desenvolvimento econômico sustentado – e reafirmamos o compromisso do desenvolvimento sustentado, que leva em conta a questão do meio ambiente, da geração de emprego e inclusão – estamos aproveitando a reunião deste Fórum para discutirmos também dois pontos. O primeiro deles é a apresentação de um conjunto de indicadores sociais, resultado de uma parceria da Assembléia Legislativa de São Paulo, que foi criada através do Fórum São Paulo Século 21, na gestão do nobre Deputado Vanderlei Macris, em que contratamos o SEADE, que é o nosso IBGE de São Paulo, para podermos criar estes indicadores sociais, que têm como base os indicadores do IDH, porém um pouco mais sofisticado, com algumas variáveis que dão uma consistência melhor, a nosso ver, em relação à produção de riqueza, com relação à questão dos indicadores de Saúde e de escolaridade.

Entendemos que cada vez mais o poder público, aqueles que se propõem a fazer o gerenciamento do dinheiro dos tributos dos orçamentos, tenham informações. E, através dessas informações possam produzir as políticas públicas, que vão no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Por isso consideramos importante a produção destes indicadores, e tão importante quanto isso é o período, o IDH, produzido a cada dez anos. Consideramos esse período muito longo para que possamos fazer realmente uma avaliação.

O IPRS terá uma periodicidade a cada dois anos. Temos um contrato com o SEADE. O ano que vem estaremos atualizando os dados, e disponibilizando-os aos prefeitos, vereadores e todos os representantes da sociedade dos 645 municípios do Estado.

Acho que essa é uma ferramenta importante também para a Assembléia Legislativa, que vota o orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e agora estaremos apreciando e votando o nosso PPA - Plano Plurianual de Ação. Faremos também, rapidamente, uma apresentação do conjunto de programas que estão previstos neste PPA. Temos 215 programas, 1635 ações que serão desenvolvidas pelo Estado nestes próximos quatro anos, de 2004 a 2007. É importante que ao discutirmos a questão do desenvolvimento econômico tenhamos esse conjunto de informações, indicadores sociais que medem a riqueza, os índices sociais de cada município e tenhamos a oportunidade de

verificarmos os programas e as políticas públicas que serão desenvolvidas através do PPA para promovermos esse encontro e verificarmos se realmente esse conjunto de ações do Estado está indo na direção de melhorar a qualidade de vida com esses indicadores.

Essa região tem uma característica importante; é a segunda região em produção de riqueza, como foi dito, em valor agregado, em consumo de energia elétrica e massa salarial, mas tem o quinto lugar em longevidade e o 11º, das quinze regiões, em escolaridade.

É uma questão que merece realmente a nossa reflexão, de como poderemos estar interagindo não só a Assembléia, prefeitos e governo do Estado, para melhorar o índice. Já que somos a segunda região, em produção de riqueza, deveremos acompanhar aquilo que se refere aos indicadores sociais.

Para encerrar, insisto mais uma vez, para que a gente possa garantir a participação de todos que este questionário seja respondido. Ele é um instrumento importante para nós. Fizemos uma parceria com a Unicamp que está acompanhando todas estas nossas reuniões, através do NESUR, que é o Núcleo de Estudos Sociais, Urbanos e Regionais onde já existe o conjunto de economistas que estudam a vocação de cada região, que já tem dados e levantamentos. Eles estão nos acompanhando nesse trabalho, na construção de uma metodologia para que a gente possa não só – e isso que é importante – promover um relatório e um diagnóstico da região, mas que a gente possa, juntos, também com a academia estabelecermos prioridades e realmente verificarmos quais as ações que possam trazer um impacto positivo no sentido de estarmos dando uma contribuição na melhora do desempenho da produção de riqueza e também na melhora dos indicadores sociais. Para isso esse trabalho tem que ser permanente e é preciso que haja o preenchimento desse questionário que também coloca a Assembléia Legislativa para ser avaliada e que possamos identificar aqui a agência ou o consórcio que irá fazer parte do nosso conselho para que a gente possa ter uma relação permanente e constante.

Muito obrigado pela presença de todos e vamos dar início aos nossos trabalhos.
(Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Teremos, a partir de agora, a apresentação diagnóstica sobre o Desenvolvimento Regional Sustentado da região metropolitana de Campinas e, para tanto, convidamos o Dr. Carlos

Brandão do NESUR, que é o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional do Instituto de Economia da Unicamp.

Esta apresentação terá um tempo aproximado de 30 a 35 minutos.

Gostaríamos de solicitar aos Srs. Deputados e às demais pessoas que se encontram aqui ao meu lado esquerdo para que se sentem mais ao centro e para que possam ter uma visão do telão.

Tem a palavra o Prof. Carlos Brandão.

O SR. CARLOS BRANDÃO – Bom-dia a todos.

É um grande desafio aqui levantar em apenas 30 minutos questões para o debate de uma região tão complexa.

Na verdade, a exposição aqui terá três momentos: um primeiro onde vamos discutir o que é desenvolvimento e como medi-lo, a importância do Índice Paulista de Responsabilidade Social; em seguida, discutiremos um diagnóstico da região e a sua inserção na economia brasileira e, num terceiro momento, as projeções do Plano Plurianual 2004/2007 para procurarmos pensar as questões a longo e a médio prazos da economia da região de Campinas.

Antes de discutir a questão de como se medir o desenvolvimento e o papel do IPRS, gostaria de lembrar alguns números da região. Estamos falando de uma região que poderia ser comparada a vários países, uma região com mais de cinco milhões e meio de habitantes e que tem um valor adicionado, um PIB de mais de 50 bilhões de reais. Então, estamos falando de uma região que é mais rica do que 21 dos estados brasileiros.

Na verdade, a maior parte dos estados brasileiros não tem a riqueza que esta região tem. A riqueza é uma região muito complexa, que tem 11% da produção industrial do País.

O PPA, na Assembléia Legislativa, levantou, como disse o Presidente Beraldo, todas as cadeias produtivas do Estado de São Paulo e as cadeias de agronegócios – e são dois relatórios. A região de Campinas, só para os senhores terem uma idéia, nas suas sete regiões de governo tem todas as cadeias que foram levantadas do Estado de São Paulo. Então, é uma economia extremamente complexa, tem todas as cadeias produtivas e todas as cadeias de agronegócios nas suas 90 cidades.

É muito importante pensar-se na especificidade das sete regiões de governo: Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, São João da Boa Vista e é uma região administrativa que também tem a região metropolitana de Campinas com os seus 19 municípios e que é também uma região de alta concentração de renda, de alta riqueza material.

Temos aqui uma renda “per capita” que é de mais de duas vezes e meia a renda “per capita” do Brasil e quase duas vezes a renda “per capita” do Estado de São Paulo. É uma complexidade muito grande, uma riqueza bastante grande. São 50 bilhões de reais, como eu disse, de valor adicionado, mas ao mesmo tempo, como não poderia deixar de ser, como há uma grande aglomeração humana tem problemas com o porte e complexidade típicos dessas regiões.

Claramente esses problemas só podem ser enfrentados em ações integradas, cooperativas e que pensem em seus problemas comuns. Então, é fundamental pensar-se em “arranjos institucionais” para promover o processo de desenvolvimento.

Sobre o processo de desenvolvimento gostaria de falar em rápidas palavras que acho fundamental pensar-se no processo de desenvolvimento não apenas na sua dimensão econômica, mas em todas as dimensões sociais, tecnológicas, políticas e pensar-se em processo de desenvolvimento como um processo de alargamento dos horizontes de possibilidades, ou seja, de criação de raio de manobra, de raio de liberdade, de expandir de forma equilibrada todas as suas dimensões: a econômica, a social. Enfim, esse é o desafio dos 90 municípios desta região.

Como vamos ver, e o Presidente Beraldo já adiantou, a questão do IPRS ao mesmo tempo em que temos a segunda riqueza material, temos uma dimensão de escolaridade que é a 11ª das 15 regiões administrativas. Portanto, há um grande desafio de inclusão social nesta região.

Esta apresentação tem sido disponibilizada praticamente, imediatamente no “site” da Assembléia Legislativa: www.al.sp.gov.br e para esta região, dadas as complexidades dos seus problemas sociais, o IPRS tem dois produtos específicos; tem um levantamento dos grandes bolsões de pobreza dos 90 municípios, foi publicado, é uma excelente pesquisa muito detalhada dos problemas internos aos diversos municípios, aos grandes aglomerados urbanos. Então, está disponível no “site” também o “cluster” da pobreza que procura

agrupar e mostrar não só a diversidade que o IPRS constrói entre os municípios, como discutir as desigualdades internas a cada município através desses agrupamentos chamados de “cluster” de pobreza.

Ao mesmo tempo, existe um documento de indicadores dos esforços de saúde que os municípios estão realizando e estão disponíveis no “site” da Assembléia Legislativa.

Vou discutir aqui quais os desafios para se construir indicadores sólidos que procurem medir todas essas dimensões.

Historicamente, você tem três momentos de tentativa de medir o desenvolvimento: o primeiro, que é o mais banal, o mais antigo, que era a discussão de renda “per capita” que é uma discussão bastante limitada, na década de 90 essa limitação foi reconhecida pelas Nações Unidas e as Nações Unidas criaram o famoso IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano tem uma série de limitações, porque ele é baseado em informações decenais; ele tem a grande vantagem onde você pode comparar, por exemplo, o IDH da região administrativa de Campinas com qualquer região do mundo, com qualquer país do mundo. Ele tem uma comparabilidade muito grande, porque é a mesma metodologia para todo mundo, mas tem essa limitação de poder ser apenas construído com dados decenais.

Portanto, a importância desse Índice Paulista de Responsabilidade Social dialoga uma extensão do IDH, é um complexo de indicadores e avança muito, as variáveis são em número muito maior, porque o IDH se baseia apenas em PIB “per capita”, esperança de vida ao nascer e taxa de alfabetização enquanto o IPRS busca informações que podem ser anuais, acompanhadas a qualquer momento e, por isso, ele é fundamental não apenas para trabalhar com variáveis de resultado das gestões, como é feito aqui nesta publicação, comparando-se 1992, 1997 e 2000, como ele possibilita o que chamamos de “variáveis de esforço”, ou seja, você tem informações que podem ser acolhidas no dia-a-dia, anualmente e até mensalmente, em que você possa medir o esforço que está sendo feito em termos de saúde, em educação. Por exemplo, para pensar a longevidade, além de pensar na mortalidade e esses dados do IDH você procura aqueles dados bastante recentes dos natimortos, dos nascidos sem vida e dos que morreram nos primeiros seis meses de vida.

Então, isso é um indicador fundamental para medir o esforço que cada prefeitura está realizando na sua cidade.

Quanto à escolaridade, trabalha-se com vários indicadores por idade. Então, ali temos uma divisão das variáveis de resultados e das variáveis de esforço. Isso é fundamental, à medida do valor adicionado a cada ano para se pensar essas diversas dimensões.

Em seguida, temos o IPRS para o Estado de São Paulo, como um todo, nas suas três dimensões. À dimensão riqueza o Estado manteve o seu nível. Isso não é, vamos dizer assim, um dado muito ruim no sentido de que existiu no País, e todos os economistas chamam de o “mini boom” de 1995 a 1997. Portanto, ao se comparar os anos de 1997 com 2000, que foi um ano de crise, significa que, pelo menos, a situação da riqueza se manteve no Estado como um todo. A longevidade obteve avanços e a escolaridade conseguiu dados bastante alvissareiros. Vamos notar que esse gráfico é muito parecido com a própria região administrativa de Campinas.

Logo a seguir, temos a dimensão riqueza mapeada nas 15 regiões de São Paulo e, em amarelo ali, a média do Estado de São Paulo. Campinas está em segundo lugar, depois da região metropolitana de São Paulo, na dimensão riqueza.

Agora, vamos ver as outras dimensões: a dimensão longevidade.

Como foi falado aqui, Campinas está em quinto lugar quanto à dimensão longevidade e um dado preocupante é a dimensão escolaridade, em que a região está em 11º lugar. Vejam que está abaixo da Baixada Santista, de Franca, de Sorocaba e Registro. Portanto, é um desafio para a nossa discussão aqui pensar-se nessas discussões.

Gostaria, por favor, de falar daquele mapa do Estado de São Paulo procurando agrupar os municípios. Essa é uma inovação do IPRS. O IPRS tem sido elogiado no mundo todo como um indicador bastante avançado, porque ele agrupa os diversos municípios. Então, você tem uma comparabilidade entre os municípios também; você tem cinco patamares. Ali naquele gráfico está que os mais claros são os melhores indicadores até os mais escuros, que fazer parte do cinco.

Portanto, notem que a região administrativa de Campinas é a maior concentração de cores mais claras: o 1, o 2 e o 3. É muito interessante perceber-se isso. A área de Registro,

em comparação com o Oeste, enfim esse mapa ilustra bastante as diversas dimensões que estão no IPRS.

Nós temos, então, aqui listado o resultado daquele mapa para a região administrativa de Campinas, os cinco grupos em que o IPRS divide os municípios.

O primeiro grupo são aqueles municípios que têm bons indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade; ou seja, são cinco patamares que tentam mostrar em que medida a riqueza material se traduziu no avanço social dessa população. É a única região também que tem municípios espalhados em todos os cinco grupos.

O segundo grupo é aquele que tem bons indicadores de riqueza, mas que os níveis de longevidade e escolaridade apresentam problemas.

O grupo 3 tem uma tendência muito grande no Estado de São Paulo como um todo. Concentra uma grande parte dos municípios que tiveram problemas nos últimos anos de crescimento da riqueza material mas conseguiram bons indicadores de escolaridade e longevidade.

O grupo 4 tem níveis baixos de riqueza ao lado de níveis médios de longevidade e escolaridade e o grupo 5 tem os níveis baixos de riqueza, longevidade e escolaridade.

Então os 90 municípios estão assim distribuídos aqui na região: 29 municípios estão no grupo 1, 11 estão no grupo 2, 12 estão no grupo 3, 20 no grupo 4 e 18 municípios no grupo 5. Portanto é um grande desafio e certamente será bastante debatido neste Fórum.

Em seguida vamos procurar situar a questão da região administrativa de Campinas no contexto da economia paulista. Gostamos de lembrar os dados que a Emplasa divulga do chamado complexo metropolitano expandido, que são dados da região metropolitana de Campinas, da região da Baixada Santista e da região metropolitana de São Paulo, com dados da região de Sorocaba e de São José dos Campos, que mostram que essa região concentra cerca de 80% do PIB estadual.

Nesse sentido é um grande desafio para os demais municípios e para as políticas públicas do Estado de São Paulo procurarem reverter essa altíssima concentração, embora todas as informações e comparações internacionais demonstrem a tendência à reconcentração do chamado núcleo duro da estrutura produtiva, os setores mais avançados, com maior conteúdo tecnológico, concentrado em pequenos recortes espaciais dos países.

Aqui há um exemplo interessante; são dados da FAPESP, de 97, de como as empresas de base tecnológica estão concentradas no Estado de São Paulo.

Vejam que a região administrativa de Campinas concentra quase 17% das empresas de base tecnológica, sendo que o município de São Paulo e outros da região metropolitana têm uma participação de mais da metade dessas empresas de base tecnológica.

Portanto é fundamental pensar a estrutura produtiva como um todo. Daí a importância, como disse o Presidente Beraldo, de pensar as cadeias produtivas, tentar identificar aglomerações produtivas que possam se transformar em arranjos produtivos com maior sinergia, com maior competitividade, buscar o mercado internacional, melhorar a sua performance no mercado interno.

Então temos aqui um mapa do estado como um todo em alguns setores que foram selecionados da indústria. Não selecionamos o setor alimentício porque ele está espalhado em todo o território do Estado de São Paulo, mas temos aqui por região administrativa, em seguida uma lista de arranjos produtivos dos 90 municípios.

Aqui está difícil até ler e de listar essas diversas cadeias produtivas e arranjos localizados em todas as regiões de governo que conformam a região administrativa de Campinas.

Como eu disse, todas as cadeias produtivas que foram identificadas, na verdade até no país e em São Paulo estão aqui. Têm uma participação muito grande desde a indústria automobilística, até a indústria química, petroquímica, a área de produção de máquinas e equipamentos, metalurgia, minerais e outros produtos, além do fortíssimo papel da região administrativa, seu papel histórico de interface entre a capital e o interior.

Todas as sete regiões de governo possuem núcleos industriais especializados, bastante fortes. Só para dar um dado, Jundiaí tem mais de 500 indústrias, mostrando que embora exista uma concentração também na região metropolitana de Campinas, todas as outras regiões de governo também têm uma estrutura bastante diversificada, não só a estrutura de agronegócios como a estrutura terciária de serviços especializados. A região é um centro importantíssimo de serviços hospitalares, de serviços educacionais. Temos a maior concentração de instituições de pesquisa, de ciência e tecnologia. Temos a criação recente da única agência de inovação das universidades brasileiras, que é a agência da Unicamp. Só para dar um dado dessa complexidade produtiva, científica e tecnológica da

região, lembraria que mais de 90 empresas de alta tecnologia saíram da Unicamp, são criações de ex-alunos ou geradas em pesquisas da Unicamp.

As informações sobre a riqueza gerada por essas 90 empresas são dados impressionantes, o que mostra a ampla possibilidade da constituição de parques tecnológicos na região de Campinas.

Vamos ver em seguida como essas questões estão projetadas nesse que é um plano que pode iluminar os caminhos. É fundamental o debate do PPA nas suas diversas linhas estratégicas, nos seus 215 programas, nas suas 1365 ações que se desdobram e mostram os canais institucionais para encaminhar o processo de desenvolvimento com inclusão social dessa complexa região.

O PPA, que projeta nos próximos quatro anos o desenvolvimento do Estado de São Paulo, está dividido numa série de programas. São 56 programas nas cinco áreas estratégicas, na área de gestão pública, quatro programas de desenvolvimento regional, 87 programas de desenvolvimento social, 37 programas de infra-estrutura e 31 programas de desenvolvimento econômico.

O PPA lista potencialidade e necessidade de cada região administrativa. Então quanto à região de Campinas, a região administrativa, ele lista a questão da necessidade de aprofundar ainda mais a modernização produtiva, não só a modernização produtiva dos setores de alta tecnologia, mas também o papel de outros setores, inclusive setores artesanais, os setores novos, vamos dizer assim, da região que têm crescido cada vez mais, o setor de turismo, os diversos arranjos. É bom lembrar que os estudos de arranjos produtivos de clusters do Brasil ou do Estado de São Paulo, como do Sebrae, da FIESP, mostram que aqui na região estão concentrados mais de um terço desses arranjos produtivos.

Então, tem ganhado projeção nacional clusters como de semi-jóias de Limeira, o ecoturismo de Brotas, o turismo de negócios, que é uma tendência bastante interessante para a região. A região é a mais bem dotada do país em termos de infra-estrutura intermodal, de infra-estrutura urbana. Tem o aeroporto de Viracopos, que as pesquisas de economia mostram que ele aparece no primeiro lugar das vantagens competitivas de atração dos investimentos para a região administrativa de Campinas. Ele possui uma oferta de energia muito vigorosa, que pode ser ainda mais bem trabalhada com o gás natural do

gasoduto do Brasil-Bolívia, que está no PPA. Portanto, uma série de detalhamentos sobre o gasoduto, do estado como um todo. E na questão do papel da Hidrovia Paraná-Tietê, que certamente será uma hidrovia. Temos percebido nas diversas regiões administrativas onde o Fórum está sendo realizado a idéia de que a hidrovia poderá ser uma grande integradora do processo de desenvolvimento de várias regiões administrativas do Estado de São Paulo.

Por outro lado, existem diversas necessidades da região administrativa, tanto de seus desafios de maior proteção social e de políticas sociais, de geração de emprego e renda para as populações excluídas – como disse estão mapeadas no chamado cluster de pobreza que o IPRS levantou – e ao mesmo tempo uma região que tem vários problemas ligados ao meio ambiente. Todo mundo conhece os problemas dos recursos hídricos da região, da necessidade de despoluir os rios e de trabalhar melhor a questão das suas bacias hidrográficas.

Em seguida, o PPA destaca informações específicas em potencialidades da região metropolitana de Campinas e dos seus 19 municípios. Ele mostra a alta diversificação produtiva da região metropolitana, a necessidade que haja intenso intercâmbio dos centros de pesquisa. Isso é alvissareiro. Está ocorrendo cada vez mais um diálogo entre os diversos centros de pesquisa das universidades e faculdades da região. Ele fala das questões e dos pólos que existem na região, com destaque para o pólo petroquímico. Ele mostra as potencialidades desse que é o terciário, talvez mais avançado da economia brasileira, serviços médicos, serviços educacionais e outros serviços terciários extremamente sofisticados, um comércio vigoroso, também um entreposto comercial bastante forte. Portanto há necessidade de aumentar – essa é uma necessidade da região, embora seja extremamente bem dotada – as suas estratégias intermodais e multimodais.

Quando falamos dos 19 municípios, mesmo nós que pesquisamos bastante a região metropolitana, às vezes negligenciamos a forte produção agrícola do setor primário e agropecuário que a região metropolitana possui em vários municípios. Então é importante avançar também na pesquisa agrícola e no avanço produtivo de vários desses municípios que também têm uma base agrícola e pecuária bastante sólida.

Um ponto que foi destacado no PPA é uma importante discussão que vem sendo feita na região que é ainda mais avançar nesse papel estratégico que tem o Aeroporto Internacional de Viracopos.

Esses são alguns dos pontos que aparecem no PPA. É fundamental a discussão por todas as forças sociais da região administrativa de Campinas do PPA. É importante conhecê-lo em seus detalhes tanto ainda para propor emendas, como para perceber caminhos institucionais de melhorias setoriais que poderiam ser articuladas.

Nós listamos em seguida - damos apenas alguns exemplos muito rapidamente - de algumas ações programadas no PPA e que têm rebatimento muito forte na região administrativa de Campinas.

Lembramos aqui a importância das ações dos chamados galpões de agronegócios, as incubadoras da agroindústria e do agronegócio, de forma mais generalizada, que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado, a consolidação dos pólos regionais de desenvolvimento tecnológico dos agronegócios e o papel dos centros da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, que certamente poderão aprimorar ainda mais as diversas cadeias produtivas do agronegócio na região.

Quanto às estratégias da indústria, estamos aqui apenas para lembrar diversas ações das 215 ações que existem no PPA; a necessidade da articulação, como diz o Presidente Beraldo, de agências ou outros formatos, outros arranjos institucionais por região de governo, por região administrativa no sentido de promover de forma consertada articulada ao seu desenvolvimento porque os problemas das 90 cidades são comuns.

Portanto há a necessidade de identificar aglomerações produtivas e procurar desenvolver arranjos produtivos. Vimos isso em várias regiões do Estado de São Paulo as reuniões de harmonização das diversas cadeias produtivas, um caso específico que vimos que tem conseguido avançar bastante, como é a cadeia produtiva de couro no Estado de São Paulo. Os diversos agentes dessa cadeia estão dialogando cada vez mais a respeito de como essa cadeia pôde avançar e constituir diversos arranjos produtivos locais nas regiões administrativas do estado.

A importância da pequena e média empresa é muito destacada no PPA. Na questão do turismo existe uma série de possibilidades para a região. O PPA, embora não seja regionalizado, traz essa iluminação, para que as atividades de turismo cresçam no Estado, com a implantação de uma agência de fomento do turismo e elaboração de um plano articulado das diversas regiões, no sentido do avanço desta atividade. O turismo é um ponto destacado nas audiências públicas que ocorreram na região. Há necessidade de se melhorar

ainda mais os centros de convenções das diversas cidades e avançar nas outras formas de turismo, como Brotas, que tem sido um modelo estudado no Brasil inteiro.

Temos alguns exemplos da necessidade maior ainda de incubação de empresas, de pensar inovação no sentido mais lato, não só daquela alta tecnologia, mas também do agronegócio, das atividades terciárias que podem ser feitas de uma forma inovadora.

A rede pública de ensino universitária é bastante destacada no PPA, como necessidade da descentralização do Centro Paula Souza nos seus centros regionais de tecnologia, que cumprem um papel fundamental, tanto nas Fatecs, quanto nas escolas de tecnologia espalhadas pelo Estado. Portanto, o ensino público técnico e tecnológico tem uma série de possibilidades que estão listadas no PPA. Este é um breve levantamento de ações, apenas para ilustrar a necessidade de que todos conheçam de forma mais detalhada o PPA, para enfrentar os problemas desta região. Como eu disse no início, esta região poderia ser comparada com dezenas de países. É o sexto estado da federação em riqueza, se pudéssemos reportar dessa forma. Portanto, ela tem a complexidade de um estado da federação, ela tem desafios de exclusão social muito fortes. Muitos municípios ainda não conseguiram avançar como nós vimos dados consolidados 90 municípios e por isso nós estamos na décima primeira posição na dimensão escolaridade. Portanto, só ações planejadas e iluminadas por um médio prazo, como o PPA 2004 a 2007, que poderão enfrentar e discutir de forma detalhada, diagnosticar os seus problemas e trabalhar melhor essas imensas potencialidades que essa região extremamente complexa e rica possuem.

Essa apresentação foi apenas um levantamento de pontos, porque o fundamental é o debate que virá em seguida.

Peço desculpas por uma eventual falha ou omissão que tenha cometido, por ser uma região muito diversificada e heterogênea, tornando difícil citar os seus diversos pontos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Neste momento, vamos compor a Mesa dos trabalhos.

Para tanto, convidamos o nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa; o Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, reitor da Unicamp; Exmo. Sr. Jurandir Fernandes, Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos;

Vereador Carlos Francisco Sinhoreli, Presidente da Câmara Municipal de Campinas; Deputado Vanderlei Macris, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; Líder do Governo Geraldo Alckmin na Assembléia Legislativa; membro efetivo das comissões de Assuntos Internacionais, Assuntos Metropolitanos e Redação; Deputado Sebastião Arcanjo, membro efetivo das Comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e Serviços e Obras Públicas; Deputada Célia Leão, Presidente das Comissões de Assuntos Internacionais e de Cultura, Ciência e Tecnologia, representando as mulheres nesta Mesa, enquanto aguardamos a chegada da Sra. prefeita; Deputado Simão Pedro; Deputado Mauro Menuchi, membro efetivo das comissões de Constituição e Justiça e Segurança Pública; Deputado Ary Fossen, 2º vice-Presidente da Assembléia Legislativa e membro efetivo da Comissão de Economia e Planejamento; Prof. Marcos Monteiro, Diretor-Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e Presidente do Conselho Estadual de Educação; Deputado Silvio Tôres, diretor- superintendente do CEPAM, Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal, Fundação Prefeito Faria Lima.

Queremos registrar e agradecer as seguintes presenças: Sra. Mila Beraldo, esposa do Presidente da Assembléia Legislativa; Sr. Laert de Lima Teixeira, Prefeito de São João da Boa Vista; Sr. João Alborgheti, Prefeito de Espírito Santo do Pinhal; Sr. Luiz Antonio de Mitry Filho, Prefeito de Águas de São Pedro; Sr. Nabih Assis, Prefeito de Monte Mor, Sr. Carlos Alberto Teixeira, Prefeito de Tambaú; Sr. José Maria Bortoluci Lobo, Prefeito de Aguaí; Sr. Nestor Ribeiro Neto, Prefeito de Caconde, Sr. Ângelo Sueitt Filho, Prefeito de Santo Antônio do Jardim, Sr. Natanael Rubinho, Secretário de Assuntos Metropolitanos de Sumaré, neste ato representando o Prefeito Dirceu Dalben, Sr. Plínio Quinete, vice-Prefeito de São João da Boa Vista; Sr. Marcelo Silva Bueno, vice-Prefeito de Águas de São Pedro, Sra. Rita, neste ato representando o Prefeito de Iracemápolis, João Renato Alves Pereira; Sr. Leonel Milichenco, diretor regional, representando o Secretário de Agricultura e Abastecimento, Deputado Duarte Nogueira; Sr. Fernando Costa, pró-Reitor da Unicamp; Prof. Rubens Maciel Filho, também da Unicamp, Sr. Nelson Ursi, diretor-administrativo financeiro, representando o Prefeito de Estiva Gerbi, Sr. Roberto Diegues; Sr. Teobaldo Silva Neto; diretor da unidade de serviços da Prefeitura Municipal de Americana, representando o Prefeito Erich Hetzl; Sr. Silvio, Secretário Municipal da Administração da Prefeitura de Águas de São Pedro; Sr. André Luiz dos Reis, Secretário Municipal de

Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Valinhos; Sr. Jamil Melo, Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Jundiaí, Sra. Rita de Cássia Pinto, Secretária da Ação Social da Prefeitura de Sumaré; Sra. Miriam Lara, Secretária de Planejamento e Habitação do Município de Sumaré, a todos muito obrigado pelas presenças.

Convidamos o Exmo. Sr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Prof. Magnífico Reitor da Unicamp, para que faça o uso da palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Bom-dia.

Queria saudar todos os deputados, vereadores, na pessoa do Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; saudar a todos os presentes.

Inicialmente, quero cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por esta iniciativa, que vem de alguns anos, quando o Deputado Vanderlei Macris era o Presidente desta Casa e segue agora sob a Presidência do nobre Deputado Sidney Beraldo, que é uma iniciativa que consideramos da maior importância para o desenvolvimento no Estado de São Paulo, que é essa da sistematização do estabelecimento de indicadores que nos permitam medir e acompanhar o desenvolvimento que acontece em São Paulo. Na apresentação que acabamos de ter pelo Prof. Brandão, do Núcleo de Estudos Sociais Urbanos e Regionais da Unicamp, vimos como é que a riqueza desses indicadores nos permite conhecer, entender e determinar direções e estratégias para o desenvolvimento da região de Campinas. A Unicamp faz parte desse esforço, não só através do trabalho do NESUR, junto à Assembléia Legislativa, mas também por inúmeras outras atividades que a universidade realiza, através das suas ações de ensino superior, de pesquisa e de extensão.

Vale lembrar que neste ano, a partir de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, e da própria Assembléia Legislativa, a Unicamp está oferecendo um número substancialmente maior de vagas nos seus cursos superiores, graças a um programa que a Assembléia Legislativa instituiu de uma suplementação orçamentária para criação de vagas no ensino superior, que foi um programa importantíssimo e que nos permitiu criar 360 novas vagas, com aumento de 18% nas vagas oferecidas pela universidade, inclusive com a criação de cursos novos, como midialogia, física médica, farmácia e vagas adicionais em cursos já existentes. Isso contribui para esse esforço. Através daquele indicador relativo à

escolaridade, por exemplo, que olha a educação fundamental principalmente, mas é claro que a presença da universidade e a presença de outras universidades também na região, trazem um impacto muito positivo nesse indicador.

Uma outra iniciativa muito importante que a Unicamp está agora desenvolvendo é a instalação de um parque tecnológico na região de Campinas.

Estamos analisando locais para instalação desse parque. É uma região muito especialmente designada para isso, que se situa justamente ao lado da Unicamp, entre a Unicamp, a PUC, o Centro de Pesquisa da Telebrás e o Laboratório Nacional de Lucindra, que é uma região de sete milhões de metros quadrados, completamente adequada. Ousaria dizer que se há no Brasil um lugar bom para fazer um parque tecnológico esse é o melhor deles. Para se instalar um parque tecnológico que seja capaz de atrair investimentos, empresas grandes e pequenas, nacionais e estrangeiras, trazendo mais ainda desenvolvimento para a região.

O Governo do Estado de São Paulo está muito empenhado nisso. Na quinta-feira e sexta-feira, estivemos com o Secretário da Ciência e Tecnologia, João Carlos Meirelles, em Portugal, visitando uma iniciativa dessa natureza, com inúmeras idéias e adquirindo conhecimentos importantes para o desenvolvimento desta iniciativa na região de Campinas.

Quero concluir chamando atenção ao fato de que a Unicamp é parte integrante importante desse esforço pelo desenvolvimento, seja na região administrativa de Campinas, seja no Estado de São Paulo.

Temos dado uma contribuição relevante e pretendemos cada vez mais contribuir de maneira efetiva à evolução e desenvolvimento desses índices de desenvolvimento humano da nossa região.

Como destaquei, há várias iniciativas. Não teríamos tempo para mencionar todas, através das quais a Unicamp contribui a esse desenvolvimento, que vão desde a assistência médica que se faz no complexo hospitalar da universidade, até iniciativas como essa que eu destaquei, relativas ao ensino superior, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Finalizo cumprimentando e destacando esse esforço da Assembléia Legislativa, o qual não podemos deixar de valorizar.

É uma maneira nova, diferente e tenho certeza de que muito melhor de se fazer política regional, política para o desenvolvimento, que é aquela política baseada no estudo,

no conhecimento, no entendimento da situação, para a partir daí se propor soluções que sejam viáveis, racionais e que tenham alguma eficácia no desenvolvimento da nossa sociedade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Ouviremos agora as palavras do Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes.

O SR. JURANDIR FERNANDES – Em primeiro lugar, bom-dia a todos os presentes.

Cumprimento o nosso nobre Deputado Estadual Sidney Beraldo, na figura de quem cumprimento todos os Deputados estaduais, caro Sr. Hélio, Presidente da Câmara de Campinas, meus amigos da Unicamp, prefeitos e vereadores.

Quero, em primeiro, dizer da alegria, da importância que vemos nestes atos. Este é o 8º encontro desta natureza, o Fórum de Desenvolvimento que a Assembléia Legislativa está patrocinando, por todo o Estado. A importância para nós do Executivo dessa participação, dessa parceria com a Assembléia Legislativa, é fundamental.

Como todos sabem, pelo menos já ouviram falar, a situação da capacidade de investimento do Estado é cada vez mais restrita, cada vez menor, dado que o país não vem tendo índices de desenvolvimento - e o Estado de São Paulo obviamente sofre os mesmos reflexos - na proporção necessária para dar conta de todas as demandas sociais, de toda a implementação de atividades sociais, sobra muito pouco após o custeio do Estado, para fazermos o investimento.

Isso passa pelos municípios e por todos os Estados do Brasil. O Estado de São Paulo está equilibrado. O seu ajuste fiscal foi feito, está sendo perseguido. No entanto, as demandas sociais por novos investimentos são gritantes, são fantásticas. E o PPA nada mais é que uma projeção, um grande guarda-chuva para os próximos quatro anos, penetrando na gestão do próximo governador. Ali nós colocamos, como eu vi num dos cartazes aqui presentes, todo o nosso direito de sonhar. Mas devemos também fazer o possível para

realizar. Sonhar é bom. Realizar é imperativo. E a distância entre as duas coisas nós sentimos quando estamos no Executivo.

Portanto, quando todos os nossos Deputados da região, aqui presentes, puderem, de uma forma muito mais organizada, conhecer realmente os problemas aqui existentes, e puderem auxiliar-nos na hierarquização, na priorização do que fazer, isso será fundamental. E nada melhor do que ouvir a sociedade para saber dessas prioridades.

Além do que, vemos com muita importância também a luta fora desse espaço. Há muito por fazer, que depende de verbas não só do Estado, como dos municípios. Precisamos também pressionar a União, fazer com que a nossa bancada federal tenha consciência das necessidades que nós temos aqui no Estado de São Paulo. Porque há estigma da riqueza – o Estado de São Paulo é rico, o Estado de São Paulo não precisa –, e o fato de ter essa forte impressão em Brasília deixa-nos muitas vezes à margem de recursos fundamentais para a nossa estrutura.

Veja o caso do Rodoanel. O Rodoanel precisa ter continuidade. O Tramo Sul precisa ter continuidade. Estamos com sérias dificuldades. Veja o caso do Ferroanel, para escoamento de toda a produção do Centro-Oeste, do interior do Estado. Temos uma grande barreira aqui na região metropolitana para alcançar o porto de Santos. Como galgar, como pular toda essa barreira metropolitana, com 18 milhões de habitantes, tendo que passar a carga dentro de São Paulo? O Ferroanel também é uma forte presença, uma necessidade fundamental para o Governo do Estado e da União participarem. A ampliação do aeroporto de Viracopos, enfim, tudo aquilo que extrapola não só a nossa capacidade financeira, mas também a nossa capacidade política, porque muitas vezes não é de nossa alçada, de nossa responsabilidade, fazê-lo. Precisamos também lutar.

Então, vejo tudo isso com muita alegria, a possibilidade de estar aqui hoje, trocando idéias e levando da região metropolitana aos Deputados as nossas aspirações, as nossas necessidades.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Obrigado pelas palavras, Secretário.

Gostaríamos de convidar, para compor a Mesa, o Deputado Antonio Mentor, Líder do PT na Assembléia Legislativa, e justificar a saída do Deputado Mauro Menuchi, que já havia dito que teria compromisso agendado. Seja bem-vindo, Deputado Antonio Mentor.

Queremos registrar e agradecer as presenças do Sr. Aparecido Espanha, prefeito de Mococa; Sr. Bileo Soares, chefe de gabinete do Deputado Federal Carlos Sampaio, que não pôde comparecer porque está em compromisso no Rio de Janeiro, numa CPI da Câmara Federal; Sr. Herb Carlini, Secretário de Educação da prefeitura municipal de Americana; tenente-coronel Ricardo Rodrigues Canhaci, representando o Comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, o General de Brigada Antonio Luís da Costa Burgos; vereador José Renato, Presidente da Câmara municipal de Tapiratiba; vereador Paulo Sérgio Rodrigues, Presidente da Câmara municipal de São José do Rio Pardo; vereador Roberto Campos, Presidente da Câmara municipal de São João da Boa Vista; vereador Jonas Donizette, do PSB, que será diplomado amanhã pelo Tribunal Regional Eleitoral e empossado na Assembléia Legislativa de São Paulo como Deputado; vereador Rodrigo Maia, da Câmara municipal de Montemor; vereador Dário Saadi, da Câmara municipal de Campinas; vereadora Irene Fumaki, da Câmara municipal de Itatiba; vereador Geraldo Stanislau, da Câmara municipal de Rafard; Gilson Ferreira, vereador da Câmara municipal de Tapiratiba; Albiero, vereador da Câmara municipal de Capivari; Campos Filho, vereador da Câmara municipal de Campinas; Raquel Picelli Bernardelli, vereadora da Câmara municipal de Rio Claro; Sérgio Desidera, vereador da Câmara municipal de Rio Claro; Mauro Vítor da Silva, vereador da Câmara municipal de Paulínia e Marcelo Capelini, vereador da Câmara municipal de Artur Nogueira. A todos os nossos agradecimentos pelas presenças.

Passo a palavra agora ao Antonio Carlos Oliveira, Secretário Executivo do Fórum, para a condução dos trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Gostaria de lembrar a todos que esta é uma reunião aberta e, portanto, esperamos a participação daqueles que quiserem se manifestar, principalmente dos representantes da sociedade civil organizada e órgãos representativos do setor produtivo. Lembro também a importância do preenchimento, por favor, desses dois questionários e a entrega até a saída, e também da ficha de perguntas.

Gostaríamos de ouvir a palavra do Sr. Wagner Beraldo, da Agência de Desenvolvimento Regional de São João da Boa Vista, e também diretor do CIESP.

O SR. WAGNER BERALDO – Bom-dia a todos.

É um prazer participar deste Fórum. Vamos colocar as nossas reivindicações e colaboração para a nossa região.

É de suma importância para o desenvolvimento de nossa região a implantação do ramal gás natural, que hoje se encontra paralisado na Cidade de Estiva Gerbi, e também o acordo da Comgás e a Brasiliana, para atender a cidade de Tambaú e Santa Cruz das Palmeiras.

Estamos também em negociação com a Cemig, para atender a região de São João da Boa Vista, junto à Petrobras e sul de Minas, onde há um escoamento com Poços de Caldas. Embora se trate do Estado de São Paulo, eles também colaboram muito com a nossa região do sul de Minas.

Não possuímos universidades, da cidade de Campinas até São Carlos. A nossa região carece de universidades públicas especialmente nas áreas de Exatas, Agroindústria, Design e nos cursos de pós-graduação, graduação e principalmente pesquisa. Já foi criado, mas ainda não se encontra em operação, o pólo tecnológico de Mococa.

Possuímos em São João da Boa Vista uma escola técnica que gostaríamos que fizesse parcerias com universidades, objetivando o desenvolvimento da agroindústria regional. Nossa região possui 12 mil propriedades com grande potencial de hortaliças, frutas e flores, a exemplo de São José do Rio Pardo, onde a própria Nestlé faz um trabalho de compra do pequeno produtor e lá se desenvolve realmente o potencial agrícola.

Temos na FIESP/CIESP, da qual faço parte, o arranjo produtivo local de Vargem Grande do Sul, onde foi identificado um cluster de cerâmica estrutural e já se encontra um trabalho feito pela FIESP/CIESP. Nós necessitamos de um apoio tecnológico de design, gerando oportunidades de pesquisas e desenvolvimento para os universitários e futuros negócios.

Gostaríamos também de colocar aqui um estudo na instalação de um porto seco na cidade de Casa Branca, tendo em vista a sua localização estratégica na região, que possui

um entroncamento rodoviário excelente para o escoamento da produção, e ainda um ramal ferroviário.

Como o tempo é curto, nós colocamos esses temas para serem debatidos em nossa região.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Convidamos a nobre Deputada Célia Leão, para fazer uso do microfone.

A SRA. CÉLIA LEÃO – PSDB – Obrigada.

Serei bastante breve, devido ao número de parlamentares que temos o privilégio de ter hoje neste trabalho, nesta manhã. Mas não vou me furtar, além de cumprimentá-los, a também deixar aqui um pouco de nosso sentimento com relação a este Fórum Legislativo criado pela Assembléia.

Na verdade, é um trabalho da sociedade, porque os representantes da sociedade é que são os 94 Deputados, de diversos partidos, que compõem a Assembléia. Foram eles que criaram este momento de Fórum Legislativo, para exatamente fazer o que estamos fazendo aqui: sentar e debater. Debater situações, problemas, soluções que interessem às nossas regiões do Estado, que são as 14 grandes regiões administrativas.

Campinas, como foi mostrado aqui pelo professor do NESUR, é de fato a mais rica, a mais importante, a maior em termos de população, tirando a Capital e a grande São Paulo. Mas também dizia há pouco, conversando com um dos companheiros presentes, que na mesma proporção é a região que tem, e não poderia ser diferente, uma quantidade imensa de problemas. E, portanto, nessa riqueza falada, não podemos esquecer os problemas.

Só gostaria de fazer dois registros, rapidamente. Primeiro, deste grande número de parlamentares presentes. Sabemos e acompanhamos as outras regiões, em outros fóruns, e também com parlamentares presentes, mas aqui, extrapolamos essa boa possibilidade. Digo boa possibilidade, porque, dos diversos partidos que estão aqui, levaremos para a Assembléia os anseios, as sugestões, e parece-me muito mais salutar que nós falemos pouco, e por isso já estou encerrando a minha participação, para poder ouvi-los.

Na hora em que eu li, não hoje pela primeira vez, mas na hora em que li este questionário, imaginando passar pelo Estado todo, deu-me uma certa preocupação. Já externei isso ao nosso Presidente, para que ele, com a Mesa, repense um pouco.

A nossa sociedade, quer queiramos ou não, não está acostumada com essa participação, embora cada vez mais aprendendo, haja vista que a democracia hoje existe no Brasil, que os momentos eleitorais são bastante intensos, mas temos aqui algumas entidades, talvez alguns sindicatos, associações. Temos hoje na nossa cidade de Campinas, sem pensar na região onde existem outras faculdades, a Unicamp, a PUC, a Universidade Paulista, que hoje é uma grande Universidade em termos de Brasil, em quantidade e em qualidade. Foi o prefeito Magalhães Teixeira que trouxe a primeira Unip, tirando a Capital para Campinas, a primeira cidade do interior e do Brasil. Temos hoje a Metrocamp, que é uma Faculdade coordenada por pessoas da nossa sociedade, reconhecidas de cultura, de inteligência, de capacidade, e outras Faculdades na região, indo para Valinhos e outros municípios. Temos também centros de excelência de tecnologia. Temos os nossos institutos de pesquisa, situados na cidade de Campinas e também em outras regiões.

O que quero dizer é que o nosso Fórum é, mais do que bom, importante. E, mais do que importante, ele é absolutamente necessário. Precisa ter uma representatividade cada vez maior. E aquelas perguntas do questionário, quando dizem ‘como os parlamentares estão, ou não estão, quantos são, está de acordo, não está de acordo’, às vezes a sociedade pode, de forma equivocada, e isso deixei para a Mesa fazer uma avaliação na hora das respostas –, talvez, colocar algumas respostas que não sejam condizentes com a realidade. Independentemente da conotação político-partidária de cada grupo, de cada deputado, o interesse é um só: o bem comum, a qualidade de vida do Estado de São Paulo, a qualidade de vida de cada região debatida.

Quero deixar uma sugestão, dentro do nosso PPA, que engloba toda a discussão orçamentária. O orçamento de 2004, que já está em discussão na Assembléia, ou seja, a possibilidade do que fazer e como fazer, dentro de um orçamento apertado, como disse o Secretário Jurandir Fernandes, a capacidade de investimento é cada vez menor, por uma série de razões que não vêm ao debate neste momento. E, o PPA é um orçamento para quatro anos, que se pode debater a médio prazo. Não vou dizer a longo, mas a médio prazo.

A nossa sociedade precisa dar a sua sugestão. Não seria o seu mero palpite, mas seria a sugestão de cada um.

Se posso assim dizer, os nobres deputados também vão se manifestar. Temos a honra de ter o Presidente Sidney Beraldo levando esse trabalho intenso, que é uma continuidade diferenciada, mas tão importante quanto o que o nobre Deputado Vanderlei Macris quando Presidente fez na nossa Assembléia, com o Fórum São Paulo Século XXI, com todos os parlamentares e toda a sociedade envolvida. Quero dizer da importância de participarmos. Se não, cada vez mais, a Assembléia vai continuar o espaço dos parlamentares e a sociedade de fora. Quando chega o momento da eleição, vota e coloca lá. Depois, fica aquela situação de um de fora e um de dentro, cada um, “fazendo aquilo que imagina deva ser feito”. Essa integração é absolutamente necessária.

Sr. Presidente, quero deixar como sugestão, aos nossos secretários que estão anotando e na gravação, que vamos ter a reforma tributária. Em conformidade ou não com anseios e necessidades, a votação ainda acontecerá. Por certo, acontecerá; o que vai dar, não sabemos. Sabemos o que não poderia dar, mas isso é uma defesa no Congresso Nacional, embora tenhamos obrigação de participar daqui. Hoje, o nobre Deputado Carlos Sampaio não está presente. Ele foi um dos membros da Assembléia Legislativa que votou essa questão do Fórum Legislativo, que aprovou a lei. Está no Rio de Janeiro cumprindo uma CPI, mas já nos comprometemos com S. Exa. quanto a uma votação em Brasília, no mínimo, no médio consenso da sociedade brasileira para essa reforma tributária. De qualquer forma, traz para São Paulo uma situação bastante delicada. Mesmo a votação, por melhor que seja, sempre traz para São Paulo uma situação bastante delicada.

Então, deveríamos incluir no nosso PPA, já de pronto, no mínimo, uma discussão sobre o impacto que essa reforma tributária trará a partir do ano que vem, quando isso acontecer. Fica aqui esta sugestão.

No mais, quero dizer que nós, deputados estaduais, estamos com o líder do PT e com o líder do Governo da Assembléia Legislativa, nobres Deputados Antonio Mentor e Vanderlei Macris, com o Presidente da Assembléia, com os demais parlamentares de outros partidos, com Jonas Donizette, que amanhã passa a ser mais um deputado da região e da cidade de Campinas. Enfim, temos um grupo imenso de pessoas, não só imbuídos de boa-vontade – porque boa-vontade todos deveriam ter –, mas de compromisso com a sociedade

para realizar essas mudanças absolutamente necessárias, o que Campinas precisa, o que a região precisa, mesmo sendo uma das regiões mais importantes do Estado de São Paulo.

Por fim, quero dizer ao Presidente que pode contar com a nossa participação, não só no Fórum, mas também na Assembléia e com a sociedade. Por favor, participem, reivindiquem, colaborem, escrevam, passem um e-mail, façam reuniões, convoquem-nos porque senão fica uma separação injusta e, depois, uma avaliação mais injusta ainda.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Parabéns a todos e vamos continuar o trabalho. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Queremos agradecer a presença da Sra. Laura Contador Rodrigues da Silva, Diretora Regional de Assistência ao Desenvolvimento Regional de Campinas; da Sra. Marizete da Costa Ferreira, Diretora Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Piracicaba; do Sr. Flávio Perina, Diretor do Departamento de Cultura e Turismo de Aguaí; do Sr. Antônio Admir Schiavo, Dirigente Regional de Ensino na região de Campinas-Oeste; da Sra. Maria Helena Belli, Diretora de Ensino e Dirigente Regional de São João da Boa Vista; da Sra. Roseli Aparecida, neste ato representando o Diretor da DIR XX de São João da Boa Vista, Sr. Benedito Carlos Rocha Westin; do Sr. Lázaro de Almeida Pinto, Diretor Operacional da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, ADVB; do Sr. Carlos Alberto Cruz Filho, Coordenador do Conselho Consultivo da Associação Paulista de Municípios; da Sra. Doraci Alves Lopes, da Ouvidoria Geral do Município de Campinas, do Sr. José Antônio Parimoschi, da Secretaria Geral de Administração da Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Aproveitando as palavras da Deputada Célia Leão, o chamamento e a participação de todos, gostaríamos que aqueles que quiserem se manifestar nos procurem para que possam ter a sua participação.

Vamos chamar a Sra. Márcia Correia, do setor ambiental do Conselho Consultivo da Região Metropolitana.

A SRA. MÁRCIA CORREIA – Bom-dia a todos, Srs. Deputados e colegas.

Foi colocada aqui a questão do desenvolvimento econômico e industrial da nossa região, mas em nenhum momento foi considerada a questão da nossa capacidade de suporte.

Caminharemos para o caos se não discutirmos e inserirmos nas nossas discussões a capacidade de suporte da nossa região, especialmente da nossa região, que é a mais poluída, a mais problemática do Estado, tanto na questão hídrica quanto na questão das nossas bacias aéreas. Todos sabem que vivemos em um estresse hídrico, perto do colapso. Muitas regiões já estão entrando em programas de racionamento e, até agora, não temos uma política forte, não temos uma atuação forte do Estado, da fiscalização do Estado sobre essas questões.

Temos visto um aumento considerável da mancha urbana sobre nossas áreas agrícolas. As nossas regiões vinícolas, Jundiá e Vinhedo, têm perdido, dia-a-dia, toda a sua produção agrícola por conta de grandes loteamentos que se instalam sobre essas terras. Campinas está vivendo hoje, especificamente, um problema muito sério. Na quarta-feira, vai ser votada a transformação de uma área rural, mais de sete milhões de metros quadrados, em área urbana. É uma área que está inserida na área de inundação do Rio Atibaia, área de terra roxa, área agrícola. Planeja-se uma nova cidade ao norte de Campinas, mais especificamente ao norte de Barão Geraldo, uma nova Barão Geraldo, sem infra-estrutura de saneamento básico, sem infra-estrutura de malha viária, sem diretrizes ambientais. E, tudo isso por conta do tal chamado desenvolvimento, sem pensar na nossa sustentabilidade.

Hoje, estou me dirigindo aos nobres Deputados, porque esse não é um problema só de Campinas. Estou também representando o coletivo das entidades ambientalistas do Estado. Temos tido esse problema, esse aumento de mancha rural sem planejamento, sem levar em conta o Estatuto da Cidade. Em todo o Estado, tem sido uma catástrofe. São Paulo, hoje, é a cidade que mais aterrou nascentes no Brasil. São Paulo não tem mais nascentes. São Paulo assoreou todos os seus rios. São Paulo, hoje, é o exemplo do que não se deve fazer em matéria de planejamento. Não podemos continuar cometendo o mesmo erro ou estaremos inviabilizando o futuro dos nossos netos, o futuro da vida para a nossa região.

Já que estamos diante dos nobres deputados, também estou pedindo à Cetesb, ao DPRN, ao DAEE, que são os órgãos fiscalizadores da Secretaria de Meio Ambiente, que estão hoje desaparelhados, que foram sucateados no decorrer de todos esses anos. Não temos mais fiscalização. Embora tenhamos legislações ambientais federal, estadual e municipal excelentes, uma das melhores do mundo, não estão sendo cumpridas. Estou pedindo hoje aos nobres deputados que, por favor, interfiram no que puderem na Secretaria de Meio Ambiente para que as nossas regionais da Cetesb e do DPRN tenham uma atuação melhor, possam ser capacitados para fazer uma fiscalização mais atuante.

Vejo aqui o nobre Deputado Antonio Mentor, que foi um baluarte a favor do Rio Piracicaba, quando da instalação da famigerada Carioba 2. Cumprimento o nobre Deputado Antonio Mentor que, juntamente com outros deputados, foi um baluarte nessa defesa. Tem aqui também o nobre Deputado Sebastião Arcanjo, que é um grande militante ambientalista, junto com o nosso querido Toninho, que foi de forma tão violenta tirado do nosso convívio. Ele era uma voz muito forte também, uma pessoa voltada para o futuro, que pensava nas coisas ambientais de uma forma muito, muito mais longe que a maioria dos nossos políticos. Então, estou também homenageando essas pessoas que vêm conosco, porque hoje estamos sendo taxados de pessoas que estão tentando impedir o desenvolvimento. Coloco minha posição e de todos os ambientalistas da nossa região, para que todos pensem, antes de tudo, na nossa sustentabilidade, na nossa capacidade de suporte, no nosso futuro e das futuras gerações.

Muito obrigada! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Muito obrigado.

Já que o Deputado Antonio Mentor foi citado, por favor, nobre deputado.

O SR. ANTONIO MENTOR – PT – Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar os componentes da Mesa e para isso vou me valer da figura daquele que foi o grande impulsionador da idéia de realização deste Fórum, o Presidente Sidney Beraldo, ao lado do 2º Secretário, Caldini Crespo, e do 1º Secretário, que representa a Bancada do PT na Mesa da Assembléia Legislativa, Deputado Emidio de Souza. Quero saudá-los, homenageá-los por essa iniciativa importante de trazer a Assembléia Legislativa

ao contato mais direto com a realidade do Interior do Estado de São Paulo, com a realidade das regiões do nosso Estado. Esse é o processo de evolução da nossa democracia, ainda tênue, em construção, mas que se fortalece com iniciativas desse naipe. Iniciativas que têm o condão de aproximar a sociedade organizada dos seus representantes, para que esses possam vir capturar o sentimento que existe naqueles que, de forma institucional ou não, representam a população do Estado de São Paulo.

Disse que ia ser rápido e vou mesmo ser muito rápido. Quero apenas neste momento provocar um debate a respeito desses conceitos que temos apresentado: conceitos de crescimento, de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentado. É preciso que consigamos compreender a razão dessas propostas desenvolvimentistas, no sentido de que elas tenham, de fato, um objeto correto a ser debatido. Não basta imaginarmos, por qualquer razão, que desenvolver é crescer, é simplesmente transformar alguma coisa de um tamanho em outro. É preciso saber, com mais exatidão, o que significa esse desenvolvimento. E, do nosso ponto de vista, o objeto fundamental do desenvolvimento é a vida humana. É a qualidade da vida humana que precisa ser focada como elemento principal das nossas análises. A região de Campinas é uma região que tem um grau de desenvolvimento bastante importante, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social. Se o Estado de São Paulo é a locomotiva do Brasil, a região de Campinas pode se colocar como um dos motores que acionam essa locomotiva no sentido que tenhamos uma evolução na qualidade de vida das pessoas que moram no Estado de São Paulo e no Brasil.

Quero saudar o Presidente por essa iniciativa, que aprimora as instituições democráticas do Estado de São Paulo e do Brasil. (Palmas.)

O SR. JAMIL MELO – Sou Secretário de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí há 10 anos, nove meses e 20 dias. Vou falar um pouco da minha cidade, talvez me estenda um pouco mais, mas dentro do objetivo.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Assembléia Legislativa pela divulgação dos índices e por acompanhar os índices de qualidade de vida e do desenvolvimento econômico através do Índice Paulista.

Jundiaí tem realmente os melhores índices dentre as cidades acima de 200 mil habitantes do Estado de São Paulo. Todo o conjunto de evasão escolar, renda etc. Jundiaí está em 4º ou 5º no IDH do Estado de São Paulo. Foi a cidade que teve a melhor performance na última década dentro do IDH. Jundiaí é uma cidade que tem o IDH da educação igual ao Japão. É uma cidade que tem um crescimento econômico com qualidade há alguns anos. É uma cidade com infra-estrutura completa: gás, rede de água, rede de esgoto inclusive na área rural, estação de tratamento de esgoto, um aeroporto terminando, rodovias, ferrovias, sistema de telecomunicações, energia. Em relação ao meio ambiente (?) tem a Serra do Japi, tem o primeiro rio praticamente despoluído do Brasil, pelo menos no trecho que compreende a cidade. Mas também tem os mesmos problemas que as outras cidades, principalmente em relação à qualidade de vida, a índices de violência e ao índice de crescimento econômico.

Jundiaí, como todo mundo, paga a conta do que o país não cresce. Temos dois países: um país oficial, onde os índices são bons, e um país real, onde as pessoas não ganham, a renda não é distribuída e as empresas não têm lucro.

Quando se fala em crescimento econômico só vejo uma saída objetiva. Para se ter o desenvolvimento econômico sustentado ou qualquer nome que se dê, só existe uma saída: é crescimento econômico. A segunda saída é renda. E a terceira saída é justamente o que vou sugerir, que é um conjunto de ações que eventualmente o Estado, os Municípios e a União podem fazer para melhorar ou pelo menos para apressar um pouco.

Dentro do Fórum, gostaria de sugerir e pedir que, em primeiro lugar, o conjunto normativo que rege as relações de empresas com o Estado, fosse aprimorado, simplificado e desburocratizado. Só para dar um exemplo para vocês, para se instalar uma oficina em Jundiaí, hoje, a competência é do DAESP e a aprovação da Secretaria do Meio Ambiente, o processo levou um ano e alguns meses. Nesse ínterim, a cidade perdeu um milhão de ISS e 500 empregos.

Por isso digo que o Estado, o Município e os órgãos que de alguma forma interferem na instalação de empresas, de negócios e na geração de riqueza e aumento da renda, tenham uma ação concreta e objetiva no seu conjunto normativo. E que as pessoas desenvolvidas coloquem como prioridade esse aspecto.

O segundo aspecto que gostaria de sugerir refere-se ao ensino. Temos um caso com a Fatec, que estamos discutindo com a participação das empresas, exemplar, na minha opinião. As empresas, junto com a Fatec, devem estabelecer a grade curricular para o curso de logística em transportes. Jundiaí é uma cidade que tem quase 800 mil metros de logística em transportes de empresas ligadas a isso. Parece-me que as instituições de ensino teriam que estar mais ligadas ou mais dentro das empresas para um foco de desenvolvimento.

O último aspecto seria pedir, que acho fundamental, em que pese a condição de Jundiaí, que o Estado participe no que lhe compete mais, que são as obras de infra-estrutura e de desenvolvimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLO OLIVEIRA – Muito obrigado, Secretário pela participação. Já que ele falou em Fatec e em cursos técnicos, vamos ouvir o Professor Márcio Monteiro, que é o Superintendente do Centro Paula Souza.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO – Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, Jurandir, colega de Governo, magnífico Reitor da Unicamp, Professor Brito, Srs. Deputados, farei uma manifestação rápida. Queria também saudar os prefeitos aqui presentes na figura do ex-Prefeito de Itapirati, João Carlos de Oliveira.

Vou fazer uma rápida explicação sobre os projetos do Centro Paula Souza e a estratégia que está sendo finalizada no Governo do Estado para essa ocupação física e geográfica que pretendemos promover nos próximos anos.

O pessoal do NESUR fez uma explicação sobre a tese dos arranjos produtivos. A nossa instituição é uma instituição que, como as três universidades públicas, faz parte da estratégia de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. A estratégia definida pelo Governo é que na medida em que esses arranjos produtivos forem efetivamente identificados e a sua potencialidade for apontada, a nossa idéia é estimular, com a criação de centros formadores de recursos humanos na área técnica e tecnológica, o potencial desses arranjos produtivos.

Essa concepção passa e tem muita atenção aos índices de desenvolvimento apontados aqui também por esse acordo da Assembléia com o SEADE, porque algumas

regiões do Estado, particularmente o Vale do Paraíba, alto Vale do Paraíba, e Vale do Ribeira são regiões onde necessariamente deveremos promover ações que atraíam possibilidades de investimentos produtivos. Enquanto que no restante do estado normalmente a ação é de resposta a uma efetiva identificação desses arranjos.

Acho interessante pontuar essa questão nesta oportunidade: que a estratégia da estrutura de educação profissional no Brasil mudou muito de 1998 para cá. A partir de agora nossa ação é identificada como ação de educação complementar. Assim ela foi prevista na lei de Diretrizes e Bases de 1996. E essa mudança de postura de enfoque é absolutamente fundamental para a discussão que se promove nos dias de hoje.

Estamos discutindo o desenvolvimento sustentável, bem como a necessidade de buscarmos uma infra-estrutura que garanta as condições ambientais dessas regiões em desenvolvimento. Pois bem, tudo isso passa necessariamente por preparação de recursos humanos. Mas a novidade que efetivamente está sendo promovida e que precisa da participação de todos foi relatada aqui pelo Secretário de Planejamento de Jundiaí. As estruturas de educação profissional agora, por atuarem na linha de educação complementar, por se darem ao direito – e agora constitucionalmente definido –, de estarem promovendo o desenvolvimento econômico, define as suas ações num diálogo constante com os setores produtivos, com as representações sindicais e com as representações, enfim, da sociedade civil.

O que estou querendo dizer é que as estruturas curriculares, que são feitas agora, atendendo a busca de transferência de competência, podem e devem ser definidas a partir de discussões com essa participação da sociedade civil.

Portanto, acho que esse seminário possibilita o estabelecimento desse diálogo, a comunicação da necessidade que temos e a convicção que temos de que efetivamente poderemos promover algumas ações positivas, competentes, se pudermos contar com a efetiva participação de todos vocês na sugestão dessas estruturas curriculares que estamos montando. O testemunho do Secretário de Jundiaí na área de logística de transporte é um exemplo típico disso. A estrutura do programa de logística de transporte que está sendo montada em Jundiaí está sendo montada a partir de uma longa discussão com o setor empregador. E essa é uma experiência que vamos ter de promover em todos os seguimentos da economia paulista.

São Paulo tem um diferencial fundamental que acho que todos devem saber. O sistema de educação profissional do Estado de São Paulo é maior do que todo o resto do país junto. Estou falando de educação pública. Por isso a decisão do Governo do Estado de ampliar esse sistema. Sozinhos, já somos maiores do que o resto do país juntos, mas vamos fazer a nossa diferença competitiva continuando, crescendo na oferta de oportunidade de educação pública.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Os nossos agradecimentos ao Professor Marcos Monteiro. Ouviremos agora o Sr. Carlos Alberto Cruz Filho, que é Coordenador do Conselho Consultivo da Associação Paulista de Municípios.

O SR. CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO – Caríssimo Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, Srs. Deputados, os quais cumprimento na pessoa da Deputada Célia Leão, Deputados Sebastião Arcanjo, Vanderlei Macris e Antonio Mentor, aqui da região de Campinas, nosso Secretário Jurandir Fernandes, nosso Reitor, Brito Cruz, nosso Presidente da Câmara Municipal Carlos Fiorelli, na pessoa de quem cumprimento todos os vereadores, Srs. prefeitos, meus caros amigos, farei um breve pronunciamento em nome da Associação Paulista dos Municípios.

Temos percebido que no Brasil todo tem-se discutido os nossos problemas. Tivemos no mês passado a realização da Conferência Estadual das Cidades, que foi um trabalho realizado através de um decreto do Governador do Estado, coordenado pelo CEPAM, pelo Deputado Silvio, e que culmina agora, na quinta-feira, com a abertura da conferência nacional das cidades. Essa conferência vai criar e eleger o Conselho Nacional das Cidades, que terá como função discutir e definir as políticas públicas urbanas.

Nesse sentido, quero também enaltecer o trabalho que o Deputado Sidney Beraldo vem fazendo, no sentido de levar o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. Sabemos, Deputado Sidney Beraldo, que este Fórum foi realizado em Bauru, no sábado, hoje está em Campinas, sexta-feira estará em Barretos, no sábado que vem em São José do Rio Preto, sempre com o intuito de buscar elementos para que a Assembléia Legislativa possa discutir e se inteirar cada vez mais dos assuntos do cidadão.

No CONSEMA, Conselho Estadual do Meio Ambiente, está sendo discutido um anteprojeto de lei, que será enviado ao Governador, e com sua aprovação irá para a Assembléia Legislativa, que trata da proteção e qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. É um projeto de lei que deverá ser discutido na Assembléia Legislativa e que disciplina um tema importantíssimo para todos nós.

Com relação às sugestões que podemos fazer aqui na região de Campinas, gostaria de destacar três assuntos. Os três já foram tratados aqui, mas que sejam levados como sugestão para a Assembléia Legislativa.

O primeiro é que se façam todas as gestões no sentido de que todos os obstáculos que possam surgir no andamento das questões que dizem respeito à ampliação do aeroporto de Viracopos sejam sempre tratados com prioridade e que possam ser removidos para que essa ampliação seja cada vez mais uma realidade. Isso porque a ampliação do aeroporto de Viracopos é mesmo uma questão fundamental para o desenvolvimento da região toda de Campinas e do Estado de São Paulo.

A segunda questão, como disse muito bem a Deputada Célia Leão, ao elencar as universidades que Campinas tem, é aproximar o máximo possível os gestores públicos para as universidades que estão instaladas aqui na região.

Em terceiro lugar também fazer gestões no sentido de fomentar o setor de serviços da nossa região de Campinas, e também alimentar o quanto mais possível o crescimento dessa nova vocação que a região apresenta, que é a vocação para o turismo, de negócios e também de entretenimento, com esses parques que se instalam na região, que também é fator de desenvolvimento.

Voltando à questão da lei de proteção do meio ambiente e das áreas contaminadas e ao assunto que a Deputada Célia Leão abordou sobre o paradoxo que é Campinas, que é uma região das mais ricas do país, mas que também tem os seus bolsões de pobreza e de miséria, a questão do desenvolvimento deve estar sempre ligada também à preocupação com o meio ambiente, com a água, com o solo, com as áreas contaminadas. Temos alguns problemas aqui na região, tais como, em Santo Antonio de Posse e no setor do Mantovani, e provavelmente teremos também em Paulínia, com a indústria Rhodia, que está poluindo o ribeirão, o que poderá também nos causar problemas.

Era essa a minha contribuição, Deputado Sidney Beraldo. Mais uma vez quero enaltecer o trabalho que V. Exa. vem fazendo e a importância deste Fórum de Desenvolvimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Os nossos agradecimentos ao Sr. Carlos Alberto.

Ouviremos agora o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS – PSDB – Bom-dia a todos. Primeiramente queria cumprimentar nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo, cumprimentar também os meus colegas aqui presentes, a Deputada Célia Leão, Deputados Ary Fossen, Antonio Mentor, Simão Pedro, Mauro Menuchi, Sebastião Arcanjo, o Presidente da Câmara, o Sr. Carlos Brito, Diretor da Unicamp, nosso Secretário Jurandir Fernandes, dos Transportes Metropolitanos, o Deputado Renato Simões e todos os representantes da Mesa, o Marcos, dirigente do Paula Souza.

Gostaria de fazer uma saudação por este momento importante que estamos vivendo aqui na região com a instalação do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Sustentado.

Esse Fórum, de iniciativa do Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo, que representa meu partido, o PSDB, tem um sentido muito prático de atuar na direção da inter-relação da sociedade com o trabalho legislativo estadual.

Queria falar rapidamente sobre três pontos importantes dessa questão que são o IPRS, o Plano Plurianual de Investimentos e a região Metropolitana de Campinas.

O IPRS, a que todos vocês têm acesso a partir de agora, com esses dados importantes fruto da iniciativa que a Assembléia teve há alguns anos e que o Deputado Sidney Beraldo foi o grande incentivador quando eu era Presidente da Assembléia. Acabou criando esse índice exatamente pelo seu histórico, para que pudéssemos ter uma avaliação do gestor público não só pelas grandes obras que ele realiza mas também por aquilo que é fundamental, que são os investimentos na área social para melhorar a qualidade de vida do cidadão em cada município paulista.

Esse índice foi reconhecido pela ONU como índice de terceira geração. Diferentemente do IDH, que a cada dez anos mede a qualidade de vida dos países do mundo, o nosso índice IPRS mede a qualidade de vida dos municípios paulistas a cada dois anos. Não só a riqueza, a longevidade e a escolaridade, mas também de terceira geração, porque acrescentou duas novas importantes e fundamentais questões a serem avaliadas, a questão do esforço do gestor público e também da participação da sociedade na gestão pública. Ou seja, é de terceira geração porque reconhece o esforço do gestor público quando faz investimentos, por exemplo, na área de saneamento básico, que muitas vezes traz conseqüências na qualidade de vida mais a médio e longo prazos. Mas mostra e vai buscar o gestor público preocupado com o esforço de investir na qualidade de vida. Há ainda a questão da participação, que o IDH não inclui, mas o nosso índice inclui, por isso é de terceira geração, reconhecido pela própria ONU, porque leva em conta também a participação da sociedade organizada na gestão pública. Se a cidade tem a participação da sociedade organizada ela tem condições de dar uma melhor qualidade de vida ao cidadão, porque a sociedade participa mais da gestão pública. Menor participação significa piorar a qualidade de vida. Isso já está demonstrado ao longo de estudos feitos, portanto o IPRS é um índice importante.

Quero dizer, Presidente Sidney Beraldo, que o Governador pediu-me para que saudasse a todos os presentes; o Governador tem reconhecido o esforço do Legislativo nesse trabalho de discutir com todo o Estado, nesse Fórum Legislativo de Desenvolvimento Sustentado que a Assembléia leva avante em todo o estado, porque isso vai dar ao Plano Plurianual de Investimentos, que é o segundo ponto que quero tratar aqui, condições de enriquecer com certeza essa peça de gestão do estado para os próximos quatro anos.

Com certeza, todas as informações e sugestões, não só os dados aqui recebidos, servirão para que os parlamentares apresentem, em forma de emenda, e o relatório de cada reunião será levado aos membros do Legislativo, na direção de que possamos aprimorar essa peça importante, a gestão pública do estado.

Acoplado isso ao índice de responsabilidade social vamos ter, efetivamente, dados mais concretos para darmos de maneira mais realista a São Paulo, um plano que possa com certeza melhorar sua qualidade de vida.

Há pouco eu estava pesquisando este livro, Presidente Sidney Beraldo, e vendo a cidade de Vargem. Dos 645 municípios a riqueza deste município está colocada no 406º lugar; em 594º a longevidade e a escolaridade em 617º. Uma cidade com esses números não pode deixar de merecer a atenção do Estado, do Poder Público, especialmente daquele que está lá hoje gerenciando o Município, a Câmara Municipal, a sociedade organizada daquele município que precisam levar em conta esses dados e esses números para poder melhorar a qualidade de vida.

O Secretário, na Comissão de Planejamento, recentemente, na Assembléia, quando falou da formatação do Plano Plurianual de Investimento e do Orçamento disse que esses números já são levados em conta para formatar a gestão do estado no que diz respeito às políticas públicas.

Portanto, queria saudar a todos os presentes e dizer que este é um momento particularmente importante nesse processo em que o Legislativo, na integração com a sociedade, possa dar mais dinâmica na sua decisão para melhorar a qualidade de vida no Estado de São Paulo.

No tocante a nossa região, Secretário Jurandir Fernandes, quero dizer que temos aqui uma grande luta regional que acho importante ser colocada no relatório dessa reunião, que a formatação do Corredor Metropolitano, ou seja, o corredor de transportes que liga cinco municípios da nossa região à cidade de Campinas: Santa Bárbara, Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia, Monte Mor e Campinas.

Esse corredor precisa ser colocado no Plano Plurianual de Investimentos, é preciso dar-lhe mais ênfase e recursos, já que vai integrar mais de 700 mil habitantes, agora com a criação da região metropolitana.

Quero dizer então que o índice só é um sucesso -queria reconhecer publicamente aqui- graças à persistência, à habilidade, ao trabalho e realização do Presidente Sidney Beraldo, que faz com que uma lei não seja letra morta, mas uma realidade. O índice é uma realidade para São Paulo hoje e não ficará nas gavetas dos tecnocratas mas sairá para uma grande realização de São Paulo, na busca de melhor qualidade de vida.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Vamos convidar o nobre Deputado Renato Simões, que é mais um deputado campineiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, para que tome assento junto à Mesa. Quero registrar e agradecer a presença do Sr. Ricardo Luis Silva, vice-Presidente da Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo.

O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA – Vamos ouvir a palavra do Sr.

Sérgio, Vereador de Rio Claro, que tinha feito um pedido de participação, já deixou uma pergunta e aproveita para fazê-la da tribuna.

O SR. SÉRGIO – Bom-dia a todos os membros componentes da Mesa, a todos os

presentes. Com relação à criação de um Desenvolvimento Econômico Sustentado estamos nos preparando em Rio Claro para a 6ª Conferência Municipal de Saúde. Como sou membro da Comissão de Finanças, portanto das audiências públicas de metas quadrimestrais da Lei de Responsabilidade Fiscal, temos constatado constantemente que na área da Saúde estamos com graves dificuldades com a Secretaria Estadual da Saúde na distribuição de recursos tipo per capita. A distribuição da Secretaria Estadual da Saúde se faz através de concessões pontuais, para uma Santa Casa ou para uma determinada obra na região. O que dificulta nos municípios o atendimento da medicina preventiva, das necessidades de programas de prevenção e de avanço da qualidade de vida da nossa população.

Gostaria que os Srs. Deputados pudessem nos auxiliar nessa discussão, porque essa análise tem sido difícil. Mas a minha principal preocupação é que por força de uma discussão, de uma problemática da minha cidade, tenho notado e passei a pesquisar sobre a população de cada cidade e o orçamento que ela possui para fazer um dado comparativo. Obviamente, acaba ficando gritante a comparação – sem querer discutir a qualidade ou o direito – mas, fica muito difícil compararmos a população de cada cidade com os recursos orçamentários disponíveis. Por exemplo, na minha cidade, uma população de 170 mil habitantes, o orçamento de 130 milhões, digamos uma média de R\$ 800 per capita no orçamento, e que em outras cidades também se compara Piracicaba com 300 mil habitantes,

com certa de 220 milhões no orçamento. De repente salta aos olhos essa diferença e na reforma tributária parece que todos nós vamos ter que ter muito cuidado na sua discussão. Porque Paulínia, com 55 mil habitantes, tem um orçamento de 310 milhões de reais.

Essas divergências na discussão do ICMS de origem, ou ICMS na área de consumo, vamos ter que discutir frente à riqueza de cada cidade, a população que possui, a preservação da vida e que mostra, inclusive, nesse Índice Paulista de Responsabilidade Social, as profundas divergências que temos entre os nossos municípios do estado mais rico da federação brasileira.

Então, municípios com recursos de extrema proporção, oferecendo talvez até dificuldades de onde vão gastar esse dinheiro, ao passo que outros municípios, irmãos nossos, vizinhos tão próximos, com dificuldades extremas e urgentes para atender às necessidades da sua população.

Portanto, queria encaminhar neste Fórum de Desenvolvimento Econômico Sustentável a discussão e a reflexão dessas possibilidades que nos próximos anos vão afetar profundamente a vida de nossa cidade. Neste momento é de extrema importância que se coloque em discussão, que se socialize e se leve a todos os rincões a discussão de como se vai fazer a divisão da riqueza gerada pelo povo paulista ou pelo povo brasileiro em cada um dos nossos municípios, onde cada vez mais os poderes públicos aqui constituídos sentem a premência da necessidade de encontrar soluções para uma população que cada vez mais coloca suas necessidades como demanda do poder público, e que afeta portanto todos os nossos municípios.

Muito obrigado pela oportunidade de estarmos pensando e refletindo sobre isso.
(Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Muito obrigado, Vereador.

Vamos ouvir a palavra do nobre Deputado Sebastião Arcanjo, Tiãozinho.

O SR. SEBASTIÃO ARCANJO – PT – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar na pessoa do nosso Presidente, Deputado Sidney Beraldo, todos os que compõem a Mesa. Inicialmente vou responder a uma pergunta que nos

chegou, depois quero dar também uma contribuição para esse debate importante para a nossa região e para o Estado de São Paulo.

Jorge de Oliveira pergunta a respeito das políticas públicas a favor dos afro-descendentes no Estado de São Paulo. Quero informar, Jorge, com muita satisfação e alegria, que há em curso um debate muito importante. Foi constituído um grupo de trabalho, coordenado pela Secretaria de Justiça e Cidadania, que está articulando várias reuniões, seminários e audiências públicas para discutir a adoção, a construção de um programa estadual de ações afirmativas. No dia 20 de novembro, inclusive, o Governo de São Paulo anunciará algumas metas desse programa, bem como o Presidente Lula anunciará também o Plano Nacional de Ações Afirmativas; já constituiu inclusive um grupo de trabalho envolvendo 20 ministérios que irá apresentar uma proposta de adoção de cotas nas universidades federais.

Acho que é uma vitória importante para todos os que lutam para superar o racismo e o preconceito no Brasil.

Com relação às questões que envolvem o nosso debate queria dizer que os números que estão sendo apontados no Índice Paulista de Responsabilidade Social apontam vários dos nossos contratos, ou seja, o fato de sermos a segunda região em riqueza produzida no país, o que nos dá uma importância de sermos comparados a um sexto Estado da Federação. Ao mesmo tempo, temos indicadores sociais que nos afastam e muito desses números. Portanto, exige de nós algum esforço e solidariedade no sentido de uma distribuição mais justa dos recursos no Estado de São Paulo.

Se tivermos na memória o mapa apresentado dos níveis estabelecidos nesse índice, verificamos que mesmo nessa região que concentra imensa riqueza e poder, inclusive poder político, precisaríamos pensar em outros mecanismos de distribuição dessa riqueza produzida no Estado de São Paulo. Por exemplo, quando olhamos para o circuito das águas, temos um conjunto extraordinário de cidades localizadas no nível quatro e cinco. Isso me parece uma contradição porque olhamos para aquela região e vemos um exemplo de riqueza, prosperidade e potenciais que estão amortecidos e precisam ser estimulados. Portanto, uma sugestão que gostaria de fazer para nosso presidente e representante do conselho do Centro Paula Souza é que, além das questões que envolvem logística e infraestrutura, precisaríamos pensar mecanismos para fazer arranjos para superar essa distância

que nos separa e nos deixa incorformados em função da provocação que é o Índice de Responsabilidade Social.

A Comissão de Serviços e Obras está com uma agenda bastante positiva que responde parte das questões apontadas aqui. O próprio presidente da Assembléia Legislativa esteve pessoalmente com o Governador Aécio Neves, em Minas Gerais, discutindo a possibilidade de fazermos um intercâmbio entre o gás distribuído no Estado de São Paulo e o gás fornecido pela Cemig. Fizemos dois seminários na Assembléia Legislativa, um na cidade de Campinas e um da própria Assembléia e devemos fazer mais dois talvez ainda este ano. Estamos definindo se o próximo será na região de Sorocaba ou na região de Bauru. Como fruto e resultado dessa política, já temos algumas soluções que estão sendo pensadas para dar competitividade para as regiões que estão perdendo investimentos e empregos em função da impossibilidade de utilizar essa matriz energética tão importante e necessária para desenvolvimento do Brasil, sobretudo pensando na questão ambiental.

Para concluir, queria anunciar aqui que no dia 24 a Prefeitura de São Paulo anunciará um convênio com a Petrobras, de renovação da frota já introduzindo a substituição da frota da Cidade de São Paulo. São 11 mil veículos que podem ser substituídos com a introdução do gás como uma matriz que tende a ganhos significativos no valor da tarifa, na qualidade de vida e nos níveis de poluição e emissão de gases na Cidade de São Paulo.

Acredito que para nós o grande desafio, que tem a ver com as metas apresentadas no PPA, é a questão dos recursos hídricos. Desenvolvimento econômico para os economistas é pensar no crescimento que gere, no nosso caso, pelo menos um milhão e meio de empregos, o que significa crescer 5% ao ano de maneira sustentada ao longo prazo. Para nós, que militamos do ponto de vista ambiental e queremos agregar outros valores, crescer 5% significa crescer respeitando o meio ambiente, pensando no futuro não só da produção, mas das futuras gerações. Acho que a questão dos recursos hídricos deve ser encarada não só a exemplo do que foi feito em Americana pelo nosso Deputado Antonio Mentor, mas um crescimento que possibilite pensarmos o que queremos nos nossos recursos hídricos. Vamos fazer amanhã uma audiência pública na Comissão de Serviços e Obras da Assembléia Legislativa com o Secretário Mauro Arce, com os representantes da Sabesp

para pensarmos o que fazer com o sistema Cantareira. Havia uma proposta que tratava do gerenciamento compartilhado do sistema Cantareira, mas estamos diante de um “secão” anunciado. Se quisermos desenvolver, crescer, distribuir renda e fazer de maneira sustentada, articulada e solidária, precisamos pensar de maneira mais generosa a questão dos recursos hídricos e do meio ambiente na nossa região.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Vamos ouvir agora a palavra do Senhor Paulo Santiago, presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Servidores da ACATI e Coordenador de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

O SR. PAULO SANTIAGO – Bom-dia a todos.

Meu nome é Paulo Santiago, trabalho na Secretaria de Agricultura, principalmente com as microbacias e o desenvolvimento sustentável dessas regiões. Vimos pedir a unidade de ações do governo. Existe o comitê de microbacia, a Secretaria de Recursos Hídricos. O desenvolvimento nessas regiões fica dificultado devido às diversas ações diferenciadas que o governo vem realizando através desses órgãos sem uma integração. O avanço dos municípios na área rural dificulta o crescimento do ecoturismo, do turismo rural e aumento de trabalho na zona rural.

Invasões dessas áreas de plantio, o Itesp fazendo assentamento não casado com o trabalho da ACATI também dificultam o desenvolvimento. Através das associações dos produtores temos o relato de que muitas vezes suas terras são invadidas ou através de vândalos ou de sem-terra que destroem toda a plantação, seu comércio, seu negócio. Pedimos que a Secretaria de Segurança Pública pense um pouco mais no patrulhamento rural. Devido ao crescimento do ecoturismo e do desenvolvimento na área rural também há essa necessidade visto que foram assaltados vários hotéis-fazenda, diversos estabelecimentos comerciais da zona rural, usinas, etc.. Não acontece só o assalto financeiro, mas a fazenda experimental do IAC também foi assaltada diversas vezes, estragando pesquisas que estavam sendo realizadas há anos.

Pedimos uma integração entre todos os órgãos do governo para que tenham desenvolvimento econômico sustentado único sem divisões, inclusive na área de microbacias. Obrigado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Ouviremos agora o Prefeito de São João da Boa Vista, Sr. Laerte de Lima.

O SR. LAERTE DE LIMA – Bom-dia a todos.

Queremos cumprimentar a Mesa na figura do Sr. Deputado Estadual Sidney Beraldo. Quero pedir aos deputados que possamos ter rapidamente a regulamentação da agência de desenvolvimento, que terá um papel fundamental no sentido de viabilizarmos e potencializarmos o desenvolvimento no Estado de São Paulo. O grande desafio é como haver um maior desenvolvimento no Estado de São Paulo sem contrapartida, sem aumento da tributação. Sem dúvida nenhuma, o setor produtivo não suporta mais uma tributação. Por outro lado, todos nós planejamos esse desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, gostaria de ouvir em particular o reitor da Unicamp. Observamos, apesar de a Unicamp e as outras duas universidades receberem parcela significativa do orçamento e terem um papel fundamental no desenvolvimento dessa região e de outras onde as outras universidades têm sua sede e sua ação na pesquisa e no desenvolvimento, um comprometimento crescente desse orçamento com a questão previdenciária. Gostaria de ouvir quanto aos projetos, em particular da Unicamp, da possibilidade de observarmos um fundo e conseqüentemente uma previdência desses servidores para que possamos ter desonerado o orçamento dessas três universidades e, conseqüentemente, potencializarmos ainda mais a área de pesquisa no Estado de São Paulo e particularmente na nossa região, na área da biotecnologia, que é o grande salto, o grande potencial do desenvolvimento da região de Campinas e dos 90 municípios que compõem a nossa região.

Paralelo a isso, observando que temos nesta mesa representantes de várias correntes políticas, precisamos sensibilizar agora o Senado para que tenhamos dentro dessa votação da previdência uma observação em relação às previdências municipais. Desde que assumi pela primeira vez, em 1997, tenho corrido os corredores do Congresso, conversado com

tecnocratas em Brasília e não vejo uma sensibilidade em observarmos e atuarmos para que não tenhamos o crescimento das previdências municipais. Quando assumi, éramos 1.300 municípios. Hoje somos mais de 2.400 municípios e a grande maioria, pequenos municípios, não têm capacidade gerencial desses fundos e, conseqüentemente, colocam em risco a previdência dos servidores no futuro. Precisamos ter, primeiro, a paralisação da oportunidade de serem criados fundos sem qualquer viabilidade. Segundo, uma orientação para que possamos, no Estado de São Paulo, aderir ao fundo gerido pelo Estado que potencializará o nosso movimento e dar segurança aos servidores municipais para que possamos minimizar problemas muito graves que surgirão se não enfrentarmos essa questão breve e imediata, porque temos apenas agora a oportunidade de colocar isso em observação no Senado.

Por último, gostaria de fazer uma sugestão tendo em vista muitos dos municípios que fazem parte da região de Campinas serem municípios que têm uma vocação e uma tradição no setor agrícola: que a Secretaria de Habitação abra possibilidade de projetos que viabilizem vilas rurais, possibilitando, portanto, o atendimento às situações dos municípios menores. Muito obrigado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Ouviremos agora o nobre Deputado Ary Fossen.

O SR. ARY FOSSEN – PSDB – Queria, primeiramente, cumprimentar todas as pessoas presentes, autoridades, parabenizar a Mesa da Assembléia e, por extensão, os Srs. Deputados que compõem a atual Assembléia pela iniciativa da realização e criação desse Fórum.

A presença maciça da Assembléia nos dá muita alegria. A iniciativa da criação desse Fórum é baseada naquilo que foi feito nesses últimos anos, uma parceria que deu certo na Assembléia entre o PSDB e o PT. Tivemos na administração do Presidente Macris a criação do Fórum São Paulo do Século XXI e a criação do Índice Paulista de Responsabilidade Social, iniciativas que estão frutificando e deram a oportunidade de a Assembléia Legislativa sair da capital de São Paulo e se projetar para todo o interior do

Estado, que, na realidade, representa aquela parte fundamental do desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Quero falar também do avanço que estamos tendo com todas as dificuldades de recursos, na criação da Região Metropolitana de Campinas, as dificuldades dessa criação de uma região nova que agora começa a se desenvolver. Venho de uma cidade que pertence à macrorregião de Campinas, à microrregião de Jundiaí e ficamos espremidos entre a Grande Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas. Oito cidades praticamente desvinculadas – assumindo a nossa Jundiaí alguns problemas da nossa microrregião afetados diretamente a cidades da região metropolitana de São Paulo, como é Cajamar, como é Francisco Morato, Franco da Rocha e Caieiras, que se utilizam de toda a infra-estrutura da nossa cidade.

E dizer que é de fundamental importância – e nosso Governador já autorizou – a colocação de um projeto de lei que está tramitando, que trata da criação da aglomeração urbana de Jundiaí. Já tivemos uma audiência pública. Isso faz parte de todo esse projeto organizado de planejamento, para que se discutam agora, em cima desses índices que sairão de dois em dois anos, as políticas governamentais.

Gostaria de pontuar algumas colocações. Durante toda a campanha política de 2002, todos os candidatos a deputado defendiam a regionalização da saúde, a necessidade de um hospital regional. É de fundamental importância. Felizmente a cidade de Jundiaí tem condições, e tem bancado praticamente os recursos que são injetados em hospital público, uma quantidade muito grande de recursos, e tem conseguido dar uma assistência médica de boa qualidade para essas cidades.

É uma pontuação que fazemos. E há mais uma que eu faria também questão de pontuar, aqui na presença do sempre Deputado Waldemar Raffa, Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Fepasa, sediado aqui na cidade de Campinas, do qual tenho muito orgulho, porque toda minha origem, meu pai, meus irmãos, todos foram ferroviários, e tenho saudades da Mogiana, da Araraquarense, da Companhia Paulista. Não é, Raffa?

Temos tantos problemas nos dias de hoje. O representante dos operários está aqui, o Secretário Jurandir está aqui. Como nós sonhamos... É agradável vir para Campinas. Eu vim na década de 60, com minha esposa, e muitos jundiaenses vieram estudar aqui de trem. E como é agradável ir para São Paulo de trem.

Temos um seccionamento muito grande. Não sei se há algum empresário ligado a essa parte de ferrovias. Se pudessem restaurar o trem de passageiros Jundiaí-Campinas... Campinas sempre foi para nós a referência em toda a área de saúde e educação, embora hoje Jundiaí também tenha ganhado o status de cidade grande e deixou de ser aquela cidade pequena de São Paulo e Campinas – na minha vida pública ouvi tanto isso.

Hoje, a CPTM em São Paulo, temos de reconhecer, boa parte dos trens são de primeiríssima qualidade. Um dos jornais da minha terra publicou uma matéria sobre os jovens que vão para São Paulo. Quando chegam a Francisco Morato, fazem a baldeação, pegam o subúrbio de São Paulo com música ambiente, ar condicionado, trens e estações limpas, mas aquele trecho privatizado de Morato a Jundiaí deixa ainda um pouco a desejar, embora tenhamos evoluído muito: era de hora em hora, hoje é de 20 em 20 minutos. Transportava 1.500 passageiros/dia. Hoje, graças à iniciativa e ao trabalho da CPTM, e também da Secretaria de Transportes Metropolitanos, temos trem de 20 em 20 minutos, e aumentou a frequência para seis mil passagens/dia. Gostaríamos de deixar esta colocação. Aqui foi um trecho de entroncamento ferroviário muito importante, a cidade de Campinas.

Uma outra colocação que eu não poderia deixar de citar, como diz o nobre Deputado Renato Simões, assíduo leitor da “Folha de S. Paulo” e do caderno aqui da cidade de Campins, é sobre matéria de fundamental importância que hoje tem a palavra de várias autoridades, como o nosso Presidente Sidney Beraldo, que diz que “vamos aprovar essa lei nem que seja na marra”, e também a palavra do nosso líder do Governo Deputado Vanderlei Macris.

A Assembléia Legislativa deverá aprovar a implantação da cobrança da taxa pelo uso da água, pela utilização da água. Aqueles que poluem mais, evidentemente vão ter de pagar mais e vão ter de se preocupar com a despoluição daquilo que produzem. São colocações que eu gostaria de fazer para registrar. A bacia importante para todos nós aqui da região é a bacia do Rio Jundiaí, do Rio Capivari e do Rio Piracicaba.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Obrigado, deputado. A pedido do Deputado Silvio Torres, Presidente do CEPAM, falarei um pouco sobre este seminário que é o 2º Seminário Internacional dos Municípios na Articulação Regional – Cenário do Atual

Pacto Federativo, a realizar-se dia 27/10/2003, no auditório do CEPAM. O programa está aqui, ele deixou o programa comigo. Se alguém se interessar pode inclusive pegá-lo comigo.

Vamos ouvir o Sr. Waldemar Raffa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Paulistas. Gostaria de dizer a todos que, dado o adiantado da hora, teremos de ser o mais breve possível nas intervenções, pois ainda temos algumas pessoas a se manifestar.

Obrigado.

O SR. WALDEMAR RAFFA – Primeiramente, gostaria de pedir permissão aos componentes da Mesa e saudar a Deputada Célia Leão, parabenizar o Deputado Sidney por esta iniciativa, e parabenizar todos os deputados da Assembléia Legislativa.

Gostaria de inserir neste Fórum, para que os nobres Deputados, inclusive alguns tendo sido companheiros de Bancada comigo na Assembléia Legislativa por ocasião de 1988, a discussão do transporte de passageiros.

Primeiro, o transporte de passageiros na região de Campinas é caótico, insuficiente, deficiente, e não há desenvolvimento econômico num país que faz exclusão do povo com relação ao transporte ferroviário. Olhei e examinei todos os panfletos e prospectos distribuídos e vi apenas a citação de multimodal de cargas. Por que não discutir, como bem lembrou o Deputado Ary Fossen, no qual, em nome da família ferroviária, agradeço por ter nomeado a família ferroviária, multimodal de transporte de passageiros?

As rodovias estão saturadas. Hoje pela manhã, via pela televisão as rodovias Bandeirantes e Anhangüera, ambas congestionadas. Por que não resgatar o transporte ferroviário? Campinas é uma cidade privilegiada. Inclusive em toda a região temos linhas ociosas. A ferrovia brasileira, principalmente a malha ferroviária paulista, sofreu um desmonte operacional e administrativo criminoso no contexto de transporte deste País.

A ferrovia hoje está nas mãos de uma elite privilegiada que transporta só a sua carga. O povo brasileiro não faz uso de ferrovia. Estamos condicionados a um só meio de transporte caro, que é o transporte ferroviário. Fica aqui minha reivindicação aos nobres Deputados, a este Fórum, para que se venha discutir o multimodal de transporte de passageiros, agilizar o cidadão, seu ir e vir. Hoje temos trabalhadores que levantam às cinco

horas da manhã para vir a Campinas trabalhar, que moram em cidades vizinhas e chegam cansados ao trabalho, viajam de pé.

Temos uma ferrovia com bitola universal ociosa, que poderá trazer esse cidadão, por exemplo, de Hortolândia, para Campinas. Outra coisa que é inadmissível é que foram 125 milhões de dólares jogados ao lixo, desativando o VLT. A mídia mostrou a vocês, a nós, que o VLT era inviável, porque não foi completado, não foi terminado o projeto total para integrá-lo a outro meio de transporte para facilitar a vida do cidadão. Essa é a realidade pura e crua.

Fica aqui o meu protesto e a minha reivindicação para que tenhamos, começando pelo Estado de São Paulo, a conseguir uma matriz de transporte, uma política de transporte. Queria dizer aos demais deputados, principalmente aos mais jovens: ferrovia não é transporte do passado, ferrovia não é saudosismo, ferrovia é um meio de transporte importante que barateia o custo de feijão, do arroz que chega à mesa do trabalhador.

As empresas pequenas, os pequenos agricultores, enfim, o pobre, muitos deles em cidades só servidas pelo transporte rodoviário, não tem condições de viajar e nem transportar sua carga. Há uma falta de visão administrativa. O Japão, a França, os Estados Unidos, a Europa, ou eles são mais inteligentes do que nós, ou nós somos mais inteligentes do que eles por abnegar a ferrovia.

Muito obrigado, Srs. Deputados. Fica aqui o abraço dos ferroviários. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD – Muito obrigado.

Vamos ouvir o Vereador Carlos Francisco Signorelli, Presidente da Câmara Municipal.

O SR. CARLOS FRANCISCO SIGNORELLI – Queria cumprimentar, na pessoa do Sr. Deputado Sidney Beraldo, a Mesa aqui presente, as autoridades públicas, os senhores e as senhoras. Vou falar neste momento, depois que cerca de duas dezenas se pronunciaram, para levantar três questões.

Antes gostaria de parabenizar o evento. Todo mundo falou, mas acho fundamental reprimir o aspecto do encontro da democracia representativa na Mesa com a democracia

participativa que aqui está. Democracia não se faz só com representação. A representação sem a participação é espúria, é falsa. A democracia participativa apenas localiza e não amplia. Portanto, a junção das duas é que faz a construção plena da democracia. Isso está acontecendo aqui e é um ponto fundamental.

O Deputado Vanderlei Macris levantou a questão do Índice Paulista de Responsabilidade Social, que é a terceira geração, reconhecido pela ONU. Queria traduzir isso talvez numa quarta geração. Explico: esse índice se origina daquele fabuloso índice que era a renda per capita, que era a coisa mais falsa que acontecia na economia, tanto que um país como a Arábia Saudita, com uma pessoa só sendo a detentora de toda a renda do país, era o país mais rico do mundo. Na verdade é o homem mais rico do mundo.

Então a renda per capita durante a década de 80 foi muito criticada, e no final da década de 80 surgiu o IDH. Fabuloso. Vem com o social, vem com a saúde e a educação. Fundamental, o Índice Paulista de Responsabilidade Social, que até seu nome o mais interessante, vem para avançar. Só que nesses casos também há alguns redutores com que gostaria de trabalhar.

Por exemplo, cresceu o índice de escolaridade. Mas cresceu no Brasil todo. Quem e como se escolarizaram. Nós sabemos hoje que ao fim de um ciclo de escolaridade um número enorme de jovens que estão saindo de nossas escolas, de oitava série e mesmo terminando o ensino médio, estão saindo com diploma e sem saber ler, escrever e fazer contas. Isso significa que diploma apenas, quantidade de pessoas apenas dentro das unidades escolares não significa nada.

Principalmente porque hoje, e o diploma universitário também, tudo isso não significa nada. Hoje se pede pós-graduação, mestrado, doutorado, e há gente já pedindo pós-doutorado, e há mesmo quem não aceita nem isso. E ainda continuam desempregados. Temos de descer ao nível de minúcias com relação aos índices. Quem é escolarizado? Quem tem saúde?

Podemos dizer que houve uma melhoria nos índices de mortalidade infantil. Sim, houve. Mas continuam morrendo. Quem é que morre? Onde é que morre? De que é que morre? Essas coisas que não constam do índice, porque não devem constar, elas devem constar da nossa prática nos nossos municípios. Onde mora a pobreza? A pobreza é que gera a mortalidade infantil mais alta, a pobreza é que gera o índice de escolaridade mais

baixo. Eu diria que é a pobreza que no fundo não gera desenvolvimento. Mas a pobreza é gerada. Ela não se gera por si mesma. Acredito que os índices deveriam atentar para essa minúcia: quem, por que acontece isso?

O desenvolvimento será fundamental se jogarmos todas as nossas fichas na vinda do aeroporto para Viracopos, não só na criação da primeira pista, como da segunda pista. Acho isso inevitável e a Assembléia nesse sentido tem de jogar todas as suas fichas. Isso é fundamental para a nossa região sob dois aspectos eu acredito: para o agronegócio. Parece que não, mas a nossa região é riquíssima nisso. Nós descobrimos Campinas como uma região propícia para o agronegócio. E para o turismo. A nossa região é rica nesse campo e é esse setor que gera emprego hoje. O setor industrial não gera mais emprego. Você precisa de 400 mil dólares no setor metalúrgico para gerar um emprego e você com esse dinheiro gera 30, 40 empregos no setor hoteleiro. Portanto, esse aeroporto poderá trazer uma riqueza incalculável, um desenvolvimento incalculável em setores hoje fundamentais para a sociedade: o setor de serviços e o setor do agronegócio.

Rafa, faço minhas suas palavras. Não se desenvolve com transporte rodoviário. Nunca existiu e não vai existir desenvolvimento sem o transporte ferroviário. Peço desculpas ao secretário que saiu. Discordo profundamente quando fala que é extremamente caro e não se dá para fazer o desenvolvimento do transporte ferroviário, pelo contrário. A médio prazo ele é o único que se sustenta. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Convidamos o Deputado Renato Simões a fazer uso da palavra.

O SR. RENATO SIMÕES – PT – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente da Assembléia Deputado Sidney Beraldo, as autoridades presentes, as pessoas presentes a esta reunião do Fórum.

Eu acho importante que a Assembléia Legislativa se desloque, é importante que ela saia das paredes do Palácio Nove de Julho para ouvir as regiões do estado. Isso é ainda mais importante porque não temos instrumentos institucionalizados de participação popular, nem elementos fundamentais da política econômico-financeira do Estado como é a tramitação do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária.

A Lei Complementar 760, que deveria reorganizar a divisão do Estado de São Paulo e a nucleação dos municípios, só gerou ao longo dos últimos oito anos a criação da Região Metropolitana da Baixada e a criação - em processo - da Região Metropolitana de Campinas. Todas as demais microrregiões do Estado aguardam o cumprimento da promessa da descentralização e da democratização da relação entre Estado e Municípios. Acho que este é um elemento fundamental para o PPA. É preciso democratizar a relação do Estado com os Municípios e criar mecanismos formais e permanentes de decisão sobre questões que são compartilhadas. E numa região como a nossa, que é uma região administrativa muito grande, com um núcleo bastante concentrado como é a Região Metropolitana de Campinas, isso é ainda mais necessário.

É fundamental que o Governador encaminhe à Assembléia Legislativa o projeto criando o Fundo de Investimentos, porque estamos num processo fatiado. Primeiro manda o projeto, depois de dois anos manda o projeto de criação da agência, depois de dois aprova a agência e nós ainda não temos os instrumentos reais de participação na definição orçamentária, tanto é que não há no Orçamento do Estado tramitando na Assembléia Legislativa destinação própria para a região metropolitana. E é ouvindo a sociedade, ouvindo a região, que vamos compartilhar poder.

Qual o impasse hoje na aprovação da cobrança do uso da água na Assembléia Legislativa? É se o dinheiro vai ser de fato alocado, como era no projeto original, para a definição dos comitês de bacia ou se a parte do Leão será concentrada no plano estadual. Esta é a polêmica. É preciso que o Estado se disponha a compartilhar responsabilidades e recursos, senão vamos ficar sempre ouvindo, como foi, aliás, o processo do governo presente na região de Campinas ou experiências ainda menos bem-sucedidas como têm sido as audiências públicas convocadas pela Secretaria do Planejamento sobre o orçamento: esvaziadas, com pouca representatividade, com pouca capacidade de capilaridade da sociedade. Nós esperamos que a Assembléia supra essas deficiências e que as sugestões feitas sejam incorporadas ao Plano Plurianual e à própria Lei Orçamentária que tramitam agora na Assembléia.

Eu queria, por último, comentar alguns aspectos que me parecem ligados à Comissão de Direitos Humanos e que são contribuições ao debate.

Em primeiro lugar, quero dizer que um dos elementos centrais que impedem ou limitam o desenvolvimento dessa região é o crescimento da violência urbana e a forte presença do crime organizado na região. Este é um elemento que tem já uma incidência econômica importante na região.

Aqui em Campinas, por exemplo, o crescimento e a explosão da criminalidade nos últimos oito anos foi acompanhada de uma diminuição do efetivo policial em muitos elementos. Nós temos uma queda de quase 10% do número de delegados de polícia nos últimos oito anos na cidade de Campinas e o efetivo da Polícia Militar é exatamente o mesmo em oito anos. A esse quadro agrega-se a falta de operações comuns entre o Estado, o Município e a União para o combate à violência urbana, principalmente quando se tem, como na nossa região, o dedo do crime organizado como uma mola importante.

O caos do sistema de Segurança Pública em nosso município se completa em três pontas. Em primeiro lugar, a crise do sistema penitenciário. Nós não temos uma vaga aberta nos sistema penitenciário de mulheres no Estado de São Paulo. Nós temos o maior complexo penitenciário, posterior à extinção do Carandiru, que é o complexo de Hortolândia, que precisa ser descentralizado e regionalizado para cumprir com a sua vocação. Nós temos a permanência de cadeias públicas em áreas centrais de importantes cidades da nossa região, degradadas do ponto de vista estrutural e degradantes do ponto de vista de sua inserção na cidade.

Em segundo lugar, a crise da Febem.

Nós não temos hoje medidas sócio-educativas em meio aberto em quantidade necessária para o atendimento de adolescentes infratores da nossa região e o máximo que se faz é a culpabilização dos municípios ou porque não doam terrenos, ou porque dificultam, ou porque não querem a construção de unidades.

Construiu-se 70 mil vagas para adultos, mas não se consegue construir vagas para adolescentes, porque o modelo não é o que os municípios querem. É importante que os municípios digam o que querem do ponto de vista do tratamento dos seus adolescentes na suas cidades.

Em terceiro lugar, a situação que ainda se completa da falta de uma integração plena do sistema de Segurança Pública com os municípios.

Ainda recentemente, o Secretário de Segurança Pública esteve aqui na região e fez uma declaração absolutamente inaceitável sobre a falta de centralidade que as Guardas Municipais têm nas preocupações da sua Secretaria e precisamos inverter a lógica para termos a integração do Poder Público Estadual com o Poder Público Municipal na área de Segurança Pública.

Eram as considerações que queria fazer, Sr. Presidente, a respeito do Fórum, de maneira geral, e das atribuições que competem à Comissão de Direitos Humanos, alguns temas que eu trago à consideração do Fórum. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Vamos ouvir o Sr. José Maria Lobo, Prefeito de Aguaí.

O SR. JOSÉ MARIA LOBO – Boa-tarde a todos.

Quero saudar os membros da Mesa na pessoa do nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa.

É sabido por todos a situação difícil por que passam todos os municípios, principalmente os municípios pequenos.

Hoje, praticamente toda a receita do município vai para custeio. Sobra bem pouco para investimento.

Gostaria de reforçar as palavras do nobre Deputado Vanderlei Macris sobre a diferença entre as cidades e sugerir que se pensasse dar mais investimentos para as cidades pequenas até como forma de desenvolvê-las, minimizar os problemas das cidades. Aguaí é uma cidade pequena e temos muitos e muitos problemas, é uma cidade praticamente dormitório, onde temos problemas de segurança, problemas de saúde. Cobra-se mais do poder público os recursos, que são cada vez menores, caiu bastante. Estamos fazendo várias reuniões na região toda para cobrar também do Governo Federal uma distribuição maior na reforma tributária para os municípios e é ali que está o problema, é nos municípios.

Deixo, então, essa sugestão, Sr. Presidente, para que não se prestigie tanto algumas cidades em detrimento de cidades menores, onde o IDH acaba sendo cada vez pior e os problemas cada vez maiores. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Ouviremos agora o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente Sidney Beraldo, em nome de quem cumprimento todos os Srs. Deputados e integrantes da Mesa, sei que o pessoal a esta altura do campeonato está um pouco cansado, mas quero enfatizar algumas questões que eu acho fundamentais para o debate.

A importância econômica desta região é patente. O Índice Paulista dá uma amostra dos indicadores de riqueza dos mais elevados no Estado de São Paulo, mas a situação social não é tão favorável, como ficou claro nas apresentações feitas até o momento. Foi muito bem lembrado a situação ambiental grave nessa região.

Eu queria pegar esse aspecto para dizer que tempos atrás eu participei de um estudo com integrantes da Unicamp e do SEADE que mostrava que, principalmente, aqui na região de Piracicaba, com a reestruturação do setor sucroalcooleiro, havia uma tendência de saída da cana de algumas regiões por conta da mecanização da exigência de glebas mais planas. Isso se comprova com o aumento da chamada mancha urbana, ou seja, loteamentos irregulares em muitos municípios, principalmente aqui em Piracicaba, bem como a poluição de 80% dos rios da região. Um problema sério que precisamos levantar. A Assembléia Legislativa não pode se furtar do compromisso de aprovar a lei que institui a cobrança do uso da água, instituindo aquela relação poluidor/pagador como uma forma de investir na recuperação dos recursos hídricos na região.

Quero ainda reforçar, como foi bem enfatizado, se não me engano, pelo Sr. Wagner Beraldo, Presidente da Agência de Desenvolvimento Regional de São João da Boa Vista, a necessidade de em algumas regiões implementarmos campus de universidade pública.

Percebemos que o potencial desta região está muito relacionado com a presença das instituições de pesquisa, de ensino superior público complementado pelo apoio das instituições privadas. Na região da Média Mogiana é importante a presença de um campus da Unesp para que ajude a alavancar o desenvolvimento regional.

Não devemos ver essa região concentrada só num determinado local. Temos o Circuito das Águas, a região de Brotas, São Pedro, mesmo lá na região de Águas da Prata,

São João da Boa Vista e Vargem Grande. Há necessidade de se alavancar o turismo ecológico, religioso, com políticas corretas, com financiamentos, pois é um patrimônio que essa região possui, podendo gerar empregos inclusive. O nosso Índice de Responsabilidade Social mostrou isso, ou seja, o Estado tem um papel forte na indução do desenvolvimento e na geração de emprego. E esse debate traz à tona essa importância.

Quero cumprimentar o Deputado Sidney Beraldo e a toda Mesa da Assembléia por promover a aproximação da instituição Assembléia Legislativa com as lideranças regionais, prefeitos, vereadores, membros das lideranças da sociedade civil a fim de promover o desenvolvimento sustentado, pensando nas pessoas que moram aqui, que trabalham e vivem nessa região. É nesse ângulo que devemos pensar o desenvolvimento e a promoção da qualidade de vida e da cidadania.

Um abraço e muito obrigado pela oportunidade.

Uma boa-tarde para todos. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Queremos registrar, neste momento, a presença do Prefeito do Município de Itapira, José Antônio Barros Munhoz.

Obrigado pela presença.

Para encerrar a reunião, teremos agora a palavra do Deputado Sidney Beraldo para as suas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Todos tiveram oportunidade de participar e de ouvir. Tivemos contribuições extremamente importantes. A equipe do NESUR, do Instituto de Economia, e a nossa assessoria da Assembléia anotaram as manifestações que merecerão a nossa atenção, com estudo técnico para podermos elencar as prioridades e verificar todas as ações que precisam ser desenvolvidas dentro da nossa lógica, que é a criação de um ambiente mais favorável para o desenvolvimento econômico e também para a melhoria dos índices sociais.

Como disse no início, não queremos apenas produzir um diagnóstico. Queremos ter uma agenda de ações que possam interferir não só na votação do orçamento e da Lei de Diretrizes Orçamentária, dos programas previstos no PPA, como na própria sociedade.

Como foi dito, o Governo não pode fazer tudo. Aliás, pode bem pouco. A capacidade de investimento do Estado é pequena. Por isso é que surgem iniciativas como o do PPP, Programa de Participação da Iniciativa Privada, nos investimentos do Estado, estimuladas pelos governos federal e estadual. O próprio PPA prevê parcerias com a iniciativa privada e muitas ações, como na área de transportes, merecem realmente nossa atenção no sentido de aperfeiçoar legislação já existente para criar um ambiente favorável também para os investimentos da iniciativa privada.

Quero responder rapidamente a algumas questões.

Primeiro, o esforço grande - e colocamos isso como uma prioridade do Fórum - para que tenhamos uma integração permanente entre as universidades, os institutos de pesquisa, aqueles que produzem o conhecimento, que têm a informação com o setor produtivo e com o governo. Isso é fundamental. Estamos convictos de que todas as reuniões que realizamos no Estado, especialmente nas regiões agrícolas, onde o agronegócio precisa ser desenvolvido - como disse o Presidente da Câmara de Campinas - foram proveitosas. O agronegócio é importante porque gera emprego com baixo investimento e como não temos muitos recursos para investir, é preciso privilegiar aquelas atividades produtivas que geram mais emprego.

Existe um potencial enorme na nossa região para o aumento da produção e da produtividade agrícola para estas propriedades. Sessenta por cento das propriedades da nossa região possuem menos de 20 hectares. Então, para transformá-las em propriedades produtivas com viabilidade econômica e não só para gerar renda para o seu proprietário, mas para gerar empregos, é preciso que haja a agregação de valor. Por isso, a presença do conhecimento e da tecnologia. Queremos trabalhar muito nisso para que as próprias agências possam interagir com esses institutos. O nosso objetivo é colocar isso como uma das principais prioridades do nosso Fórum.

Com relação ao IPRS o próximo passo - e já temos um contrato com o SEADE - é exatamente a produção de estudos dos bolsões de pobreza. Não basta, por exemplo, colocar uma cidade como Campinas no grupo 1. Produz riqueza, tem bons indicadores sociais, mas se tirarmos uma radiografia da cidade, verificaremos que ela reflete a situação do país, ou seja, de muitas desigualdades e bolsões de miséria. Estamos juntos com o SEADE promovendo o ranqueamento de todas as cidades que apresentam o maior índice de

mortalidade – não só infantil, como perinatal – como a questão da presença da criança na escola para que possamos estimular o desenvolvimento de políticas públicas específicas para essas cidades. Acredito que isso responde um pouco à colocação feita pelo prefeito de Aguai.

Em relação à questão da micro e pequena empresa, temos um grupo na Assembléia que está trabalhando junto com o Sebrae. Consideramos importante este avanço na legislação para a micro e pequena empresa, que cria o Simples Geral com o intuito de propiciar um ambiente mais favorável do ponto de vista tributário, como do ponto de vista educacional e tecnológico. É preciso que a micro e a pequena empresa tenha acesso à tecnologia. E esse conjunto de legislações que tramita no Senado nos interessa, estamos acompanhando de perto para que tenhamos sucesso nessa questão.

Dois assuntos foram levantados aqui. A cobrança pelo uso da água é um deles. Somos sistematicamente cobrados em relação a isso. O projeto está pronto para ser votado, existe uma discussão dentro da Assembléia sobre se os recursos ficarão nas bacias ou uma parte com o Fehidro para que o governo possa ter uma política compensatória também desses investimentos, mas, na verdade, o que nos preocupa mais – e encomendamos um estudo – é o impacto que isso terá no custo da água para beber. Isso é importante e precisamos levar em conta.

Se aprovarmos o projeto, repassaremos aproximadamente 5% no custo da água para a população e isso deve ser levado em conta, porque hoje estamos verificando queda no poder aquisitivo, desemprego. A população está espremida no seu orçamento.

A nossa preocupação não é em relação às empresas, até porque para elas o valor é insignificante, mas em relação à população. É justo aprovarmos, neste momento de muita dificuldade, mais uma taxa a impactar no custo da água para beber?

Esse estudo chegou às minhas mãos há poucos dias e devo colocar isso à discussão dos senhores parlamentares.

Em relação à colocação feita pelo Deputado Renato Simões, quero aproveitar a oportunidade para solicitar que como Presidente da Comissão de Direitos Humanos nos ajude a fazer com que o Governo Federal libere os recursos do Fundo Especial Penitenciário a fim de que se dê continuidade à construção de novos presídios e centros de reabilitação no Estado de São Paulo, porque até hoje nenhum recurso do Governo Federal

veio para o Orçamento do Estado, o que acabou atrasando o cronograma de investimentos do Estado.

Concordo com S. Exa.. É uma preocupação e como representante da Bancada do Partido dos Trabalhadores poderá nos ajudar a conseguir a liberação desses recursos.

No mais, agradeço a participação de todos e vamos ao trabalho!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA – Gostaria de reforçar o pedido para que devolvam os questionários. Se eventualmente houver alguém com mais alguma pergunta, que encaminhe, por favor.